



PPGEDUCAMPO

Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UFRB

Mestrado Profissional em Educação do Campo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO

CAMPO

CRISTIANE SANTOS OLIVEIRA

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

**AS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E RESISTÊNCIAS DE
MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE DO RIACHO DA CRUZ /
MUTUÍPE: UM
DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CRISTIANE SANTOS

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em Educação do Campo, Centro de Formação de Professores, Pós- Graduação em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Amargosa-Bahia 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Cristiane Santos.

O48e As Experiências pedagógicas e resistências de mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz/ Mutuípe: um diálogo com a educação do campo / Cristiane Santos Oliveira. – Amargosa, BA, 2024.
54 f.: il. color.

Orientador: Prof^ª. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.
Relatório Técnico de Pesquisa (Mestrado Profissional em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, 2024.

Bibliografia: p. 52-54.

Inclui, como produto educacional, curta-metragem disponível no YouTube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D2NMWLicJbw>

1. Educação do campo. 2. Mulheres negras. 3. Autobiografia.
I. Givigi, Ana Cristina Nascimento, (orient.). II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 370.91734

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA – CFP/UFRB.

Bibliotecário: Diogo Lima (CRB-5/BA-2901)

AS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE DO RIACHO DA CRUZ / MUTUÍPE: UM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Disertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - (UFRB), Centro de Formação de Professores - (CFP), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação do Campo.

Linha de pesquisa: Cultura, Raça, Gênero e Educação do campo

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 **ANA CRISTINA NASCIMENTO GIVIGI**
Data: 20/02/2025 18:10:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cristina Nascimento Givigi
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente

 **MARIANA MARTINS DE MEIRELES**
Data: 20/02/2025 19:39:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariana Martins de Meireles

Documento assinado digitalmente

 **MAIRA LOPES DOS REIS**
Data: 06/02/2025 21:04:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maíra Lopes dos Reis
(Avaliadora Externa)

OLIVEIRA, Cristiane Oliveira. **As experiências pedagógicas e resistências de mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz / Mutuípe**: um diálogo com a Educação do Campo. 57 Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós Graduação em Educação do Campo, Mestrado Profissional em Educação do Campo/ Centro de Formação de Professores/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa descreve um estudo qualitativo voltado para a análise das experiências e narrativas de mulheres negras do campo, em particular as da Comunidade do Riacho da Cruz, em Mutuípe/BA. A pesquisa investiga as estratégias de resistência e sobrevivência dessas mulheres, considerando os eixos de gênero, raça e educação do campo, com o objetivo de visibilizar as vivências e desafios enfrentados em um contexto rural marcado por machismo e racismo. Alguns aspectos centrais incluem: Educação do Campo e Narrativas Autobiográficas: O estudo emprega o método (auto)biográfico para destacar as trajetórias dessas mulheres, explorando como elas confrontam e superam as opressões de gênero e raça no contexto de trabalho rural; Produção Científica e Tecnológica: O trabalho resultou em um relatório técnico e um curta-metragem, com um QR code patenteado impresso no produto agrícola, que remete ao vídeo produzido. Esses produtos servem como instrumentos educacionais, reforçando a importância das vozes e perspectivas das mulheres negras; Reflexão Teórica e Metodológica: Ancorado nas teorias de feminismo negro, interseccionalidade e educação libertadora (como proposto por Freire e bell hooks), o estudo denuncia as opressões estruturais enfrentadas por mulheres negras no campo, criticando o modelo educacional tradicional; Resultados e Impactos: O trabalho identifica que as mulheres negras rurais não apenas enfrentam conflitos enraizados na cultura patriarcal, mas também lideram movimentos de resistência e organização social que promovem a educação libertadora e o sustento agrícola. O curta-metragem, disponível no YouTube, visualiza essas vivências e práticas pedagógicas, reforçando a relevância política e educacional dessas mulheres e do próprio pesquisador no processo de (auto)reconhecimento. O curta-metragem está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D2NMWLIcJbw>

Palavras-chave: Educação do Campo; Narrativas de Mulheres Negras; (auto) Biografia.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Cristiane Oliveira. The pedagogical experiences and resistance of black women from the Riacho da Cruz/Mutuípe community: a dialogue with Rural Education. 57 pages. Final Course Work of the Postgraduate Program in Rural Education, Professional Master's Degree in Rural Education/Teacher Training Center/Federal University of Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2024.

This research describes a qualitative study focused on the analysis of the experiences and narratives of black women from the countryside, particularly those from the Riacho da Cruz Community, in Mutuípe/BA. The research investigates the resistance and survival strategies of these women, considering the axes of gender, race, and rural education, with the aim of making visible the experiences and challenges faced in a rural context marked by sexism and racism. Some central aspects include: Rural Education and Autobiographical Narratives: The study uses the (auto)biographical method to highlight the trajectories of these women, exploring how they confront and overcome gender and racial oppressions in the context of rural work. Scientific and Technological Production: The work resulted in a technical report and a short film, with a patented QR code printed on the agricultural product, which refers to the video produced. These products serve as educational instruments, reinforcing the importance of the voices and perspectives of black women. Theoretical and Methodological Reflection: Anchored in the theories of black feminism, intersectionality and liberating education (as proposed by Freire and bell hooks), the study denounces the structural oppressions faced by black women in the countryside, criticizing the traditional educational model. Results and Impacts: The work identifies that rural black women not only face conflicts rooted in patriarchal culture, but also lead resistance movements and social organization that promote liberating education and agricultural sustenance. The short film, available on YouTube, visualizes these experiences and pedagogical practices, reinforcing the political and educational relevance of these women and of the researcher himself in the process of (self) recognition. The short film is available at <https://www.youtube.com/watch?v=D2NMWLIcJbw>

Keywords: Rural Education; Narratives of Black Women; (self) Biography

SUMÁRIO

Descrição da pesquisa	9
1. Apresentação	11
2. Violências cotidianas e estratégias ordinárias: diálogos das pretas com a educação do campo	16
2.1 Se organizam e lideram coletivamente uma entidade associativa.	18
3. Percursos metodológicos	26
4. Produto final	31
4.1 O encontro ao território campesino e suas confluências	35
4.2 Terceira atividade: rodas de conversas de mulheres negras no campo no espaço do equipamento produtivo	39
4.3 A quarta atividade consistiu em construção de <i>QRCode</i>	42
Quinta atividade: Produção de áudio visual – Curta metragem	43
5. Resultado e discussão da pesquisa	46
Referências	51

DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa busca compreender as estratégias de sobrevivência de mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz, em Mutuípe, Bahia, com foco nos discursos de gênero, raça e educação do campo. As participantes, mães monoparentais, são produtoras de guloseimas derivadas da raiz do aipim e residentes do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Elas representam resistência e luta, elaborando pedagogias e saberes que desafiam a cultura colonial e machista presente no campo.

O estudo adota uma abordagem qualitativa e autobiográfica, documentando as experiências e memórias dessas mulheres e como elas constroem, organizam e lideram socialmente a produção agrícola na comunidade. A partir das narrativas educacionais coletadas, o trabalho identifica as pedagogias que essas mulheres constroem e compartilham entre si no contexto rural. Os principais resultados da pesquisa incluem:

1. **Relatório de Pesquisa** – Documento que apresenta os achados e reflexões sobre as narrativas, **Curta-metragem** – Vídeo que visualiza as práticas produtivas e pedagógicas das mulheres, **QR Code** – Tecnologia aplicada nos rótulos dos alimentos fabricados pelas mulheres, direcionando para o vídeo, podendo ser verificada através do **Canal no YouTube** – Plataforma para acessar o material audiovisual.

O audiovisual gerado explora as relações entre essas mulheres e sua produção agrícola, bem como suas resistências diárias ao machismo e racismo. Ao se organizarem e compartilharem suas experiências, essas mulheres revelam práticas educativas que são fundamentais para a educação do campo e para a transformação das relações sociais nesse contexto.

Além disso, a pesquisa destaca as violências de gênero e raciais que essas mulheres enfrentam e propõe novas perspectivas femininas no campo, desafiando a invisibilidade de suas lutas. A pesquisa está vinculada ao programa de pós-graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob a orientação da professora Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi. Ela dialoga com as questões de cultura, raça e gênero, colocando a interseccionalidade no centro das reflexões sobre educação do campo.

A Linha de Pesquisa 3, "Cultura, Raça, Gênero e Educação do Campo", inaugurada em 2019, é central para o crescimento de pesquisas voltadas para as questões de gênero e raça, sendo um marco no programa de pós-graduação ao reconhecer essas lutas e visibilizar temas que antes eram negligenciados. O crescimento das pesquisas focadas na interseccionalidade de gênero e raça é destacado como uma conquista essencial para a educação do campo.

O presente relatório é oriundo do desdobramento analítico imbricado no resultado de Pesquisa Científica do PPGEDUCAMPO, o qual trouxe abordagens epistemológicas que resultaram no produto final da pesquisa, os quais foram materializados em ações concretas, pautadas em conhecimentos engajados e metodologias que estabelecem fundamentos científicos inovadores, que envolve as narrativas e a luta de resistência de um grupo Produtivo de Mulheres Negras da Região do Riacho da Cruz, no município de Mutuípe, na Bahia.

Desse modo, pretende-se com essa produção, compreender a luta das mulheres no campo como um modo de sobreviver e educar-se na roça e através do produto final e produtos técnicos tecnológicos, uma produção pioneira para o programa PPGEDOCAMPO, vocação dos mestrados profissionais, construir visibilidade aos

métodos de educação produzidos no campo, que rasuram os modos tradicionais de educar.

A relação desta problemática anunciada com a educação do campo abarca, portanto, a proposta de educação antirracista e anti-patriarcal, propondo outro modelo de desenvolvimento e de educação que pauta a classe trabalhadora, povos do campo e formação humana, reduto onde se inserem as mulheres da pesquisa. Tais princípios se somam e complementam-se à consistência desta proposta de educação como prática libertadora, e conduz as mulheres pretas do campo, que aprendem e ensinam, a construir pedagogias educativas, por meio dos processos coletivos.

A pesquisa, portanto, inclui um grupo de cinco mulheres negras campesinas, pauperizadas, potentes, socialmente organizadas, pertencentes ao Território de Identidade do Vale Jiquiriçá, todas mutuienses, moradoras da Comunidade Rural do Riacho da Cruz. Elas apresentam múltiplas potencialidades e, mesmo sendo atravessadas cotidianamente pelas opressões e violências no campo, propõem-se a ensinar e aprender no campo, enquanto buscam o auto-sustento através da produção de guloseimas, intitulada acebolado de aipim.

Eu, pesquisadora, enquanto aluna, mulher, negra de origem campesina, militante, ativista, que sempre tive as questões de raça, gênero e agricultura familiar presentes na vida, tanto no desenvolvimento pessoal, quanto acadêmico e profissional, possuía mesmo anterior à inserção ao Mestrado, uma ligação política e de luta junto ao grupo de mulheres produtivas e organização social da comunidade do Riacho da Cruz liderada por mulheres que, em concordância com Souza, constato que:

Essa experiência política não determina as tantas outras de coletivos de mulheres negras, mas visibiliza possibilidades de auto reconhecimento e de socialização, trabalho e afeto, de modo que possamos pensar nas estratégias utilizadas historicamente para a vivência de cada uma de nós (Souza, 2018, p.12).

Ademais, apoio-me na Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia (FAPESB), que somada à orientação do Mestrado, estudos e leituras epistêmicas, engajamento político e conhecimentos adquiridos pelo grupo de pesquisa Capitu e Coletivo Mukanda, potencializou os estudos e articulou as categorias de análises aos princípios de Educação do campo, questões voltadas as diversas formas de violência e opressão contra as mulheres negras no campo e modos pelos quais as mulheres se (re) educam e produzem estrategicamente um levante no campo.

A motivação para essa temática e produto final se deu mediante as diversas percepções acerca da educação engajada, produzida coletivamente pelo grupo de mulheres produtivas no campo, equipamento de produção e comunidade e por perceber a linha tênue que liga as práticas educativas de mulheres aos princípios de Educação do campo.

Nessa ótica, a produção desta pesquisa torna-se relevante para as mulheres da comunidade por reverberar as pautas hegemônicas que vem assumindo no âmbito rural, bem como constrói coletivamente um caráter educativo, caracterizando um plano estratégico inerente à Educação do campo, uma vez que o grupo de mulheres entra em disputa construindo a fissura estrutural em espaço político e metodológico fortemente alimentado pelo colonialismo e pelo patriarcado, que é a universidade. Além disso, esse trabalho permeia a visibilidade das produções de conhecimento para o mundo, por meio da inserção da tecnologia inovadora na Comunidade do Riacho da Cruz e no equipamento produtivo liderado por elas.

Trata-se de uma pesquisa que constrói uma (re) educação da raça, do gênero, do manejo da produção, que através das experiências, métodos e práticas comprometidas com a sobrevivência no campo, constroem estratégias de educar. Assim, fui percebendo e criando táticas para somar as lutas dessas mulheres que estruturalmente são minhas. Visto isto, esta pesquisa tem em vista compreender o processo educativo que as mulheres do campo traçam enquanto lutam e resistem à diferença colonial.

Nesse cenário, estive nas andanças do grupo (e falei sobre elas), enquanto publicava artigos, relatos de experiências e apresentavam os produtos produzidos por elas nos eventos acadêmicos, bem como a participação na celebração dos 15 anos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Fórum da Juventude de Igualdade Racial, publicação de ANAIS:



O III Encontro Baiano de Educação Do Campo (EBEC): Educação do Campo e Agroecologia - Lutas, Resistências e Emancipação Humana- 2022; O XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós – graduação em Educação – ANPEd-Nordeste com o tema Pós-graduação em Educação: resistência, desafios e perspectivas 2022 na Universidade Federal do Maranhão; Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Recôncavo da Bahia (IX RECONCITEC) - 2023, Com o tema “Ciências no plural: A Universidade é, em sua essência, diversa”.

O Congresso Internacional e comemoração dos 10 anos de Mestrado em Educação do campo, atuando na Coordenação da Feira de Agricultoras Familiares, mediando uma Roda de conversa de mulheres Campesina, apresentando um trabalho que pautava aluta de mulheres negras a Frente do Associativismo no campo.

Nesta prospectiva, além da projeção futura de uma publicação de um artigo do livro, oriundos de um componente optativos, sendo organizado, da participação de um Intercambio de Mulheres produtivas agricultoras entre os Territórios de identidade: Vale Jiquiriça e Baixo Sul (em que as colaboradoras da pesquisa se insere) e mediação de uma Roda de conversa de Mulheres produtivas, pleiteamos Projetos de base da Agricultura familiar por meio de editais governamentais, organizamos e atualizamos o Estatuto da Organização social sem fins lucrativos que o grupo de mulheres aqui em destaque lideram; Realizamos inscrições de eventos que debatia as questões voltadas ao gênero e raça; articulamos a participação nas atividades de campo proposta do componente em tempo comunidade.

A pesquisa foi ganhando estrutura e novas percepções que me fizeram questionar e buscar compreender, primeiro: quais as estratégias foram/são adotadas durante a trajetória do grupo de mulheres para resistirem às opressões e violências no campo? Como essas experiências se tornam pedagógicas no campo e por que é considerada estratégia? Qual a relação destes métodos de ensino e aprendizagem fabricados por elas com a Educação do Campo? Como a Educação do Campo pode contribuir para a emancipação de mulheres negras e elas a Educação? O que significa a produção de alimentos fabricados pelas mulheres negras do Riacho da Cruz?

Para tanto, foi preciso debruçar-me nas leituras teóricas em Arroyo (2004), Caldart (2012, 2004), Nóvoa (2010), Reis (2022); Souza (2018). Souza (2014; 2006). Considerando a contribuição dos estudos realizados conclui-se que os levantamentos das questões epistemológicas e metodológicas sobre as trajetórias campesinas,

educativas e memórias de escolarização, estão ancoradas nas perspectivas do feminismo negro em Carneiro (1994; 2011) e violência interseccional com Akotirene (2019).

A análise sobre a educação como prática de liberdade e pedagogia do oprimido foi realizada junto à Freire (1987) e bell hooks (2013) que, ao ensinar a transgredir, contribuíram para desbravar o modelo educacional, tradicional, bancário, racista, machista, desenvolvido sob os interesses da colonialidade. Além disso, essas leituras contribuíram para denunciar os estereótipos que oprimem os sujeitos do campo, dentre eles as mulheres negras do campo. O trabalho se debruçou ainda nas reflexões de Safiotti (2004) que esta borda o regime patriarcal, bem como Lugones (2020) para pensar a colonialidade do gênero.

Os estudos sobre mulher produtiva e, mais recentemente, os estudos sobre relações de gênero no campo, sempre tiveram por finalidade conhecer a situação de indivíduos socialmente discriminados, visando propor a superação desta condição. Uma perspectiva transformadora e uma dimensão política sempre estiveram no cerne dos estudos sobre a condição feminina (BRUSCHINI, 1992). Nessa direção, compreende-se que unir classe, raça e gênero significa compreender a classe trabalhadora e os sujeitos do campo em suas múltiplas dimensões, trata-se de como qualificar e atualizar a luta de classes para o enfrentamento atual. A partir dessa produção, faz-se necessário criar outros caminhos e um corpo teórico a formar e se desenvolver na articulação entre as categorias de gênero e classe, tanto no âmbito teórico como prático e de formação.

Desse modo, a pesquisa torna-se relevante para Educação do campo por identificar as estratégias educativas de resistências adotadas pelas mulheres, por se tratar de abordar a realidade experienciada por elas na comunidade; por estarem desposta a (re) construir sua identidade de mulher, negra campesina e construir as relações entre educação no/do campo e o grupo de mulheres e a comunidade, além de construírem a valorização do trabalho e formação específica nesta perspectiva.

Os relatos realizados contribuíram como elementos prioritários que imbricam as análises desta pesquisa, corroborando para a compreensão da relevância da dimensão política que contextualizava, e ainda contextualiza, as trajetórias narradas em que foram abordados os aspectos formativos na roça que acionam os princípios formativos de Educação do Campo e constituem uma ferramenta pedagógica, através da (auto)biografia e da formação realizada na agricultura Familiar.

O erguimento desta produção científica pioneira no Programa de Pós-graduação se origina através do resultado da pesquisa em campo que toma como base as narrativas de um grupo de mulheres pretas camponesas, organizadas da Comunidade do Riacho da Cruz, cidade de Mutuípe, Bahia.

Nesse sentido, este relatório estrutura-se nas seguintes partes: a primeira parte introdutória busca contextualizar e enaltecer as linhas de pesquisa e categorias analíticas no programa e como esta pauta dialoga com a pesquisa e luta de mulheres negras camponesas. Em seguida; É apresentado um capítulo que aborda as opressões e violências cotidianas enfrentadas pelo grupo de mulheres negras na roça desde seu abójo, além disso, é apresentado as práticas pedagógicas de mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz em Mutuípe.

Na terceira parte recorreremos a metodologia, esta, é, autobiográfica e de natureza qualitativa. Na sequência, consiste em abordar a descrição dos produtos gerados por esta pesquisa pautados em: a) este relatório de pesquisa, aqui qualificado por esta escrita; b) a Criação de um curta-metragem; c) Criação de softwares/ QRCOIDE; d) Projeto de aplicação ou adequação tecnológico - *link* no rótulo do produto; e) Criação de youtube, e) Registro de propriedade intelectual-Patente.

O Curta metragem utiliza-se de sons, imagens recortadas, narrativas, montadas e hibridizadas que acendem ao cotidiano do grupo de mulheres negras no campo e narra as trajetórias de lutas, práticas e experiências adquiridas ao longo de suas trajetórias no intencionando combater as opressões coloniais e violências impressas pelo meio de produção capitalistas. Baseia-se na construção presente de retomada do território e reposicionamento camponês de mulheres negras que (re)conhecem o impacto da cultura machista cultura machista e de como estruturalmente tem atravessado suas vidas.

Trata-se de uma produção de conhecimento, inovador, considerada pela pesquisadora um produto de três, gerado por esta pesquisa, ser analisada de forma avaliativa pela banca examinadora, que constrói uma linearidade entre a Educação, tecnologia no Campo. Pioneira para o Programa de Pós-graduação de Educação do Campo, a linha de pesquisa, e grupo produtivos de mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz de Mutuípe – BA. A produção do Curta- metragem irá potencializar as lutas do grupo de mulheres negras concomitantemente proporcionará a visibilidade das produções coletivamente fabricadas por elas no espaço interno do equipamento produtivo, comunidade do Riacho da Cruz.

Nesse sentido iniciam-se as captações de telas a partir de Filmagens aéreas em localiza-o geograficamente a cidade de Mutuípe em zonas: Urbana e Rural, a comunidade do Riacho da Cruz, tornando visível o Equipamento de Produção no território camponês a chamar de (O encontro ao Território e suas confluências; b) Encontro de mulheres negras e lida na roça com a cultura do aipim; c) Rodas de conversas de mulheres negras no campo no espaço do equipamento produtivo, estas atividades após analisadas construirá o curta-metragem.

O curta metragem que traz as narrativas de mulheres ganha visibilidade através da criação dos *softwares* que se adequa e aplica de forma tecnológica através de um link que é inserido nos rótulos dos produtos do grupo produtivo de mulheres, em seguida, busca-se narrar de forma técnica estas produções para que posteriormente possa garantir a originalidade por meio do registro intelectual.

Compreendendo que uma pesquisa não se encerra quando a pesquisadora se dá por satisfeito, este relatório conclui ao apresentar os resultados das análises geradas até a data desta formação.

2. VIOLÊNCIAS COTIDIANAS E ESTRATÉGIAS ORDINÁRIAS: DIÁLOGOS DAS PRETAS COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é um meio de formação que nasce do compromisso em reconhecer os sujeitos, recuperar a sua identidade como trabalhador ou trabalhadora do campo. O campo é entendido como espaço vivido, o da roça, que oferece visibilidade a diferentes vozes e experiências, enfim, possibilita criar alternativas de construção de outro tipo de conhecimento e de práticas emancipatórias.

As práticas pedagógicas de mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz, assim como a Educação do campo, não nasceram como uma teoria educacional. Segundo Roseli Caldart (2009) a Educação do Campo surgiu na prática a partir dos desafios por viver e permanecer no campo os nossos desafios atuais continuam sendo práticos. Contudo, ao traçarmos as lutas contra hegemônicas não devemos nos descolar da teoria, fazendo necessário analisar a realidade concreta com mais rigor, intencionando a perspectiva da práxis.

É sobre esta ótica que se insere o método educativo produzido por um grupo de mulheres negras do Riacho da Cruz na cidade de Mutuípe, as quais demarcam a trajetória no campo a partir do movimento de luta que resulta estrategicamente em

resistência, na criação do seu lugar organizativo, sendo este contra hegemônico, sem apartar-se da realidade que o produziu.

Essa realidade - em Riacho da Cruz - se desenvolve a partir do cotidiano das experiências pedagógicas, que se caracterizam como uma construção contínua pela quebra de paradigmas racistas, gerado pelas mulheres no campo. Com isso é possível dizer que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 26). Torna-se evidente que o ato de educar, a partir das práticas de mulheres negras no campo, confronta a ordem estrutural e move uma educação por meio de um exercício dialógico, sendo assim consiste em ato político, potente, inerente a teorias educativas Freiriana.

Em meio à vasta gama de violências variadas, concomitantemente atravessada à vida de mulheres no campo, resolveram unir-se às outras, a princípio, desacreditadas, para fundar uma Associação da Agricultura Familiar que aglutinasse forças e que contribuísse como uma ferramenta de luta emancipatória para romper a dominação do patriarcado, que exclua dos benefícios da produção da agricultura.

É válido ressaltar que as mulheres negras camponesas, desde o seu abajo, lutam cotidianamente para adquirirem meios de ações estratégicas a fim de resistir à dominação do colonialismo e às violências impressas pela produção capitalista-colonial, a qual estrutura e reforça os fenômenos sociais como o machismo, racismo a discriminação por classe vivenciada há séculos no campo.

É fundamental pensarmos a necessidade crescente de organização social e disposição para continuidade dessa luta, pois a dupla exploração da mulher negra durante o período da escravidão colonial (por um lado na produção, por outro lado na reprodução da força de trabalho) e o lugar da mulher negra na reprodução atual na defesa da territorialidade, do saber antirracista engajado, trabalho “excedente” no campo (setor é crescente na nova configuração do capital agrário) aponta que o racismo se reatualiza como imperativo para a implantação do novo modelo.

Em vista disso, as práticas pedagógicas efetuadas por mulheres negras na comunidade rural abarcam, portanto, a proposta específica de educação camponesa que manifesta o aprendizado de práticas educativas de liberdade, da emancipação dos sujeitos em seu território, da raça, do gênero, da classe e propõe novos métodos de produção que geram sustentabilidade econômica, plantando, colhendo, beneficiando alimentos, fazendo rebelião como classe trabalhadora e como povos do campo que são. Tais princípios se somam na consistência desta proposta de educação como prática

libertadora, em oposição à opressão e violências que impactam financeiramente e socialmente a vida de mulheres negras no campo, esta que é “forjada na luta camponesa e movimentos de resistência pelo direito a uma educação emancipadora, crítica e contextualizada, feita por e para a diversidade do campo” (CALDART, 2012, p.37).

Para analisar o cenário das práticas educativas de mulheres camponesas faz-se necessário, concomitantemente, contextualizar as questões relacionadas ao gênero e a raça. Nesse sentido, para entender a categoria gênero recorreremos ao que Scott (1995) escreve a respeito. Para a autora, a utilização do termo gênero rejeita interpretações biológicas do ser homem e ser mulher na sociedade; com isso, o gênero serve, então, para sinalizar as construções sociais do ser homem e ser mulher.

Sob tal perspectiva é importante refletir o gênero como uma categoria de análise construída socialmente, culturalmente e historicamente a partir daquilo que o sujeito vivencia por meio de como se posiciona nas relações sociais de poder. Ser mulher e ser homem carrega, portanto, uma conotação cultural construída no imaginário social. Essa construção social e cultural reforça historicamente estereótipos de gênero que buscam colocar as mulheres do campo numa condição de inferioridade e de submissão ao homem e é fortalecida pela sociedade, também construída de modo patriarcal e machista, há séculos (SAFFIOTI, 1997).

As mulheres da comunidade do Riacho da Cruz são remunerada pelo trabalho desenvolvido no campo de modo desigual e fortemente caracterizada pela divisão sexual do trabalho e sentido pela dor da cor (Carneiro, 2011). O gênero e modo dicotômico como é construído funciona e faz materializar. Essa divisão sexual e racial do trabalho que gera a acumulação de riquezas na sociedade capitalista, portanto, o gênero e a raça não são subprodutos do capitalismo, senão seus pressupostos (GIVIGI, 2020). Contudo, quando analisamos a realidade do grupo de mulheres negras camponesas, da comunidade do Riacho da Cruz, podemos perceber que além de mãe e dona do lar, elas protagonizam práticas pedagógicas, estratégicas e importantes práticas e rebeliões educativas.

Segundo Magdalena Leon (2001), para que o processo de empoderamento ocorra é necessário que as mulheres reconheçam primeiro as forças que lhe oprimem, para somente conscientes disso se mobilizarem mediante ações coletivas para mudar essa realidade e educar enquanto aprendem por meio da participação mútua, movimento de ideias, trocadas entre as mulheres, através das narrativas.

2.1 Se organizam e lideram Coletivamente uma Entidade Associativa Agricultores Familiares do Riacho da Cruz

Segundo Lugones (2015), “é impossível resistir à colonialidade sozinha” o que nos indica para a formação de coletivos e nos deter nos passos dados, as vezes vagorosamente, para a construção das relações entre indivíduos que se farão, por meio do coletivo, em sujeito. O movimento social coletivo. Assim, configuram-se em movimento social aqueles que “[...] São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais” (Gohn1995, p. 44).

Em 2010, foi realizada uma reunião na Fazenda Riacho da Cruz, espaço da matriarca da comunidade, visando sensibilizar a região a somar forças coletivas em prol do desenvolvimento produtivo da comunidade e fundar a Associação. Essa ação não foi suficiente para que a comunidade entendesse a importância da reunião. Outras reuniões menores foram feitas, bem como articulações nas famílias locais para a mobilização de criação.

A Associação foi criada no ano de 2012, a razão social passou a chamar-se Associação de Agricultores Familiares do Riacho da Cruz (Afangos) e as reuniões aconteciam no espaço do equipamento produtivo cedido por seu Zé Grande. Essa é uma organização chefiada por mulheres e representa uma ferramenta de luta que contribui na formação econômica dessas mulheres, somando-se ainda ao fato de ser uma ferramenta política e estratégica que corrobora para visibilizar a mulher como um ser social que atua nas pautas propositivas da agricultura.

Segundo relato de uma das associadas e membro do grupo produtivo destaca-se:

“A Associação pra ser criada foi muitas lutas e resistências, acho que foi três a quatro vezes que nós nos reunimos. Nessa época é porque a gente casou muito cedo, né? Eu falo a gente porque as primas aqui são tudo parentes e casamos quase uma época só. Casamos muito cedo E aí a gente dizia é para levar três dias fora. Avemaria, Meu marido, meu marido vai deixar eu levar três dias fora nada. Não, eu não vou sair ser presidente, ai, desistimos. Fomos outras vezes, reunimos outras vezes. E aí aquela mesma paleta: Não, eu não vou porque o meu marido não vai deixar, levar três dias fora, a gente tem que tomar curso dos produtos em feira e tal. A última vez, agente disse, não, dessa vez a gente vai. E, graças a Deus fomos participando dos eventos social, sindicato, fase, surgiu a Coopeipe¹

¹ “Nem Grande, pai de duas mulheres negras que compõe o grupo de mulheres produtivas da Comunidade do Riacho da Cruz – Zona Rural de Mutuípe – BA

na época e agente foi quebrando o preconceito e o machismo (L.C.Santos).

Nesse sentido, Saffioti (2004, p.4) apresenta que o patriarcado “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, que intensifica a desigualdade entre os sexos, criando uma hierarquia, que sustenta-se por desigualdade. O poder dos homens acabou sendo naturalizados dentro da sociedade, sendo que estes estão representados prontamente como ativos, fortes e viris considerados chefes da família, já a mulher como passiva e frágil, onde sua funcionalidade liga-se ao papel de mãe e dona do lar, sendo estas atividades vistas como menores.

As mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz passaram a reunir-se com mais frequência na casa do senhor apelidado de Zé Grande, pai de uma das fundadoras, Livia Cristina, com a intenção de sociabilizar informações acerca da reunião de Assembleia do sindicato, convocar as mulheres a beneficiar, a princípio frutas, para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município. Enquanto isso era realizado o processo de eleição da diretoria como previsto, bem como aprovação do estatuto e demais documentos de posse de fundação no intuito de construir legalidade jurídica à organização.

Nesse contexto, o trabalho associativo pode ser entendido como um avanço dos/as agricultores/as familiares, que auxiliam no processo produtivo e proporcionam viabilidade de escoamento da produção em instituições públicas, privadas e sociedade de maneira geral.

Neste bojo de lutas, reivindicações, avanços e retrocessos nota-se que as identidades das mulheres rurais se vinculam a dois fatores: “o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica – que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural” (CARNEIRO, 1994, p.14), juntando-se às suas companheiras de luta que também resistem á hierarquizações sociais.

No período em que iniciava-se a pesquisa de campo, no ano de 2022, observou-se que seu Nem Grande estava sempre presente, de olhos lubrificados e atentos. Com isso, buscou-se ouvir dele sobre a Fundação da Associação e o movimento de mulheres gerado em torno do espaço de produção, cedido por ele. O que ele estava achando do andamento da pesquisa e o mesmo relatava:

“Esse projeto é em função dessas meninas né? Porque eu sou pai de dez filho, três estão aqui nesta labuta, tinha sete homens e 3 mulher, sempre morei na roça. Essas menina não merecia passar por tanto

pra chegar aqui, outra coisa... Elas pediram que queria fazer esse negócio que desse pra elas lutar aí pra conseguir qualquer um dinheiro, mas ela não tinha o espaço, o que eu podia fazer, docê... Isso aí não é lugar adequado ainda, mas acontece que por enquanto elas vão se arrumando aqui ... coitadinha também trabalhando mas por enquanto não deu a condição de arrumar o dinheiro pra fazer essa casa da fábrica delas aqui porque elas precisam; é mulher, tudo negra. E hoje com que ta acontecendo no mundo, vejo no jornal” ... (Silêncio e reflexão) [...] Sobre essa violência que tá contra a mulher, eu fico emocionado, essas fias já sofreu tanto e eu pai sem fazer muita coisa, avemaria por isso eu dei o espaço. Quer dizer, eu sou homem, tenho 87 anos, mas entendo que a mulher tendê ter os direitos e liberdade delas e que tem ninguém a ver com a cor dela, ninguém é pior que nós não. Porque nós é nego que não pode viver? Todo mundo um dia no morre, nê, Cris? Eu to achando bom viu, essa letura, esses trabalho de voçeis ai, eu fico aprendendo também de cá de fóra (Risos) Vocês precisa seguir” (Nem Grande, patriarca da família, 2023).

Nessa perspectiva analisa-se que os coletivos fundados e mantidos por mulheres desta pesquisa representam um levante coletivo. Elas são vistas como aquelas que “queria fazer esse negócio que desse certo para elas lutar”. E revivenciam este lugar para estarem juntas. No campo elas reivindicam, mobilizam, tencionam e fabricam objetivos comuns, centralizados pelas diversas estratégias de luta e combate às opressões (classe, raça, gênero) no meio rural, o que resulta (resultará) em equidade e protagonismo de um grupo de mulheres negra, produtivas. Deste modo, as mulheres tornará líderes, capazes de promoverem as significações de suas existências, postura/posição política diante das opressões, empoderando-as enquanto constroem visibilidades e autonomia.

É fundamental pensarmos na necessidade crescente de organização e disposição para continuidade dessa luta, pois a dupla exploração da mulher negra durante o período da escravidão colonial (por um lado na produção, por outro lado, na reprodução da força de trabalho) e o lugar da mulher negra na reprodução atual na defesa da territorialidade, do saber antirracista engajado, trabalho “excedente” no campo (setor é crescente na nova configuração do capital agrário), aponta que o racismo se reatualiza como imperativo para a implantação do novo modelo de acumulação.

Torna-se relevante para a Educação do Campo aprender com as estratégias educativas de resistência adotadas pelas mulheres, pois constituem a diversidade no campo e estão a (re)construir a identidade de mulher negra campesina. Deste modo, aqui falamos de mulheres negras que se relacionam coletivamente e exercem sua força de trabalho no campo e assim é possível destacar outras estratégias usadas por

mulheres negras, sobretudo ao assumirem o compromisso coletivo a frente de um equipamento produtivo que contribuem para a construção da emancipação, autonomia e auto-sustento no campo, no nosso caso, através do beneficiamento do aipim.

O grupo produtivo da comunidade rural do Riacho da Cruz em Mutuípe é constituído por cinco mulheres negras, agricultoras, com idade entre 28 a 62 anos, sendo elas mães, três delas monoparental, responsáveis pela manutenção do lar e pobres. A maioria não possui Ensino Médio, contudo, lideram uma Organização social que é a Associação de Agricultores Familiares do Riacho da Cruz, lideram um equipamento Produtivo no campo, a cozinha industrial, e carregam em sua trajetória o entrecruzamento das opressões de gênero, raça, classe neste espaço territorial que ocupam. Essa ressalva é necessária, pois em concordância com Sueli Carneiro (2011), não devemos universalizar a categoria mulher, precisamos especificar de qual mulher estamos falando, pois essa categoria não é homogênea.

Observa-se que o exercício diário dessas mulheres é de combater as mazelas advindas da violência interseccional, produzida em direção às vidas delas, enquanto buscam assegurar o direito de existir e educar-se racialmente e coletivamente no campo sem perder de vista que o que as torna visíveis à sociedade é a fabricação de produtos alimentícios, que é o acebolado e biscoito beneficiados da raiz do aipim.

Esta manipulação e comercialização das guloseimas junto à produção e comercialização agrícola, como o cravo, hortaliças, cacau, guaraná, abacaxi, ancorada na partilha dos saberes, nas práticas dialógicas e na percepção do racismo através da partilha entre mulheres, ancoradas tem possibilitado gerar autonomia política e financeira, bem como tomada de decisões frente às opressões produzidas em direção aos corpos negros na roça.

Trata-se de mulheres, negras, que constituem o povo do campo, por viver politicamente e economicamente firmada na agricultura familiar e sua relação com o manejo da terra, além de fazer desse território o modo de viver e esperar. Santos (2000) salienta que o território emerge de reflexão dizendo-nos sobre o território usado, caracterizado pelo processo de resistência de pessoas e de lugares pelo mundo, que inclui as mulheres pretas da pesquisa. Como afirma hooks (2013, p.51) “A educação é um ato político” e de resistência que precisa do conhecimento crítico e, nesse horizonte, as estratégias educativas adotadas de combate à violência interseccional no campo tem projetado uma transformação societária no campo.

As mulheres se reúnem três dias semanais para plantar, colher, processar, produzir e para fabricar biscoitos e guloseimas da fécula, além de beneficiar o acebolado do aipim, oriundo da raiz do aipim, no espaço interno do equipamento produtivo que é o locus físico da pesquisa, um espaço de produção. Este espaço está situado na comunidade do Riacho da Cruz, cedido por seu Zé Grande a suas filhas como forma de livrá-las da opressão estrutural e garantir a permanência delas na roça.

O equipamento produtivo são recursos utilizados para a fabricação, montagem, recebimento ou movimentação de produtos, na roça, esse equipamento ficam lotado na cozinha Industrial, que é um espaço que fabrica, beneficia alimentos da produção agrícola da Agricultura Familiar, in natura. Neste contexto, o equipamento produtivo assume um lugar político, por assumir outras características para além da produção. A exemplo da promoção da roda de conversas de mulheres, reuniões ordinárias da Associação, um lugar que acolhe as irmãs de cor e desperta para a necessidade de reposicionar a luta e fazer levantes femininos a frente as violações de direitos no campo.

Como afirma Arroyo (2012), os diferentes coletivos sociais são constituídos por sujeitos de conhecimento, de valores, culturas, de processos de humanização/emancipação. Com a vivência coletiva, esta pesquisa nos permitiu (re)conhecer processos existenciais e sociais, bem como identificá-los, ou não, no campo da violência contra a pessoa negra, especialmente mulheres. É nesse espaço que elas trocam e compartilham outros saberes por meio das narrativas e propõem outros modos de (re)educarem mutuamente.

Na luta por emancipação as mulheres tiveram várias tentativas de escoamento e beneficiamento até chegar na produção do acebolado do aipim. Em 2013, com as dificuldades de expansão, escassez de frutas no Riacho da Cruz, elas buscaram identificar questões sociais e culturais, como machismo e racismo, que atravessavam as suas vidas. As mulheres buscar resistir e buscar junto aos movimentos sociais meios de se fortalecer e juntas resistir àquilo que identificamos como estruturas coloniais. Viram que para isso precisavam construir sustentabilidade e escolheram como forma mais forte, o escoamento dos produtos beneficiados do aipim.

As vezes quando a gente vai a feira, as pessoas perguntam: voceis é da onda? Quando a gente começa a falar, ai vem puxando, como assim? Pessoal da Roça, negra, já tá expandindo produto pra fora. A gente se vê assim como fosse um olhar de preconceito mais a gente ta ali no meio lutando (E.A. Paixão).

Em 2015, uma reunião da Assistência Técnica da Fase Bahia em Mutuípe, no campo, surgiu a proposta de manipular produtos *in natura*, através do cultivo e manejo extraído da terra. Entre as culturas da região, a cultura da mandioca desempenha uma elevada importância social como principal fonte de carboidratos para consumidores. Essa raiz é considerada a mais brasileira das culturas, por ser originária do Brasil e cultivada em todo o território nacional. A mesma é explorada, basicamente, por pequenos produtores em áreas marginais de agricultura, devido a sua rusticidade e à capacidade de produzir relativamente bem em condições em que outras espécies sequer sobreviveriam (EMBRAPA, 2011).

O grupo de mulheres se juntou para pensar o que produzirem a partir da orientação que lhes foi dada e, com isso, passaram a vender a espécie nativa da mandioca e também a produção de adubo ganhou força, através das cascas da mandioca e sua maniva triturada; as raízes passaram a tornar-se um experimento que resultou na fabricação de sequilhos de goma, em seguida de beijus, bolos, para expor e vender nas feiras livres e agricultura familiar.

Em 2016, foi constituída a ideia de testar outras formas e materiais que dariam origem a uma receita de sequilhos diferenciados, beneficiados do aipim, jamais produzida e degustada no mundo:

“Foi muitas tentativas e massas jogadas foras pela janela”
(L.C.Santos).

Surge o acebolado de aipim, um alimento esteticamente arredondado de forte sabor natural, feito com aipim com um gosto acentuado de queijo parmesão que, atualmente, garante o giro capital em sua comercialização para as mulheres negra, contribuindo economicamente com a vida e lares dessas mulheres no campo, proporcionando garantir a manutenção dos seus filhos/as no sistema educacional.



Foto: Jadson Ribeiro

No ano de 2020, após a fundação da Associação de Agricultores Rurais do Riacho da Cruz, liderado por uma mulher negra, as integrantes acessaram as políticas públicas agrárias do Governo do Estado, por meio de Edital de Aquisição homologado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car) da Bahia, sendo contemplados pelo projeto de aquisição de uma cozinha, munidas de equipamento industrial na Região do Riacho Da Cruz na Bahia, que resultou em um empreendimento solidário.

O equipamento produtivo é solidário, pois consiste na formação de um grupo, associação ou comunidade, que opera coletivamente e cordialmente, proporciona um conjunto de benefícios a cada integrante e um melhor rendimento e eficiência à unidade econômica através dos manejos agrícolas, como um todo, devido a uma série de economias de escala, economias de associação e externalidades, implicadas na ação comunal e comunitária (Razeto, 1993, p. 40-41).

Neste cenário e de modo muito assertivo, a capacidade múltipla dessas mulheres negras no processo produtivo – com equipamento produtivo, agora - e na organização política (enquanto aprendem e ensinam coletivamente a ler o mundo), corroboram para construir legados para a Educação do Campo, na medida em que tomam consciência da violência racial e que participam da construção e incrementação de seu equipamento produtivo, dialogando, conhecendo umas às outras e educando-se. A educação é o movimento de pensamentos, ideias trocadas e partilhadas entre as pessoas”. hooks (2020, p.49).

“Quando a gente casa o marido não é dono da gente...A gente tem que ser livre para participar das coisas...foi muita lutas e muitas resistências...” (L.C.Santos)

Nesta ótica, a compreensão do/sobre o patriarcado é concomitante às atividades organizativas e produtivas coletivas. Na medida em que elas compreendem seu papel produtivo também vão entendendo sobre si, sobre ser dona de si e não pertencer ao outro como propriedade. É neste sentido que as análises desta pesquisa, compreendem que as lutas traçadas no campo fabricam as estratégias e assumem um diálogo com a Educação do Campo, que se apresenta relevante e fundamental, sendo possível (e deve) basear-se em métodos educativos dialógicos, uma vez que o grupo de mulheres negras do Riacho da Cruz traz consigo as formas de compreensão de sua posição e só elas, em coletivo, podem mobilizar seus lugares no campo.

Do ponto de vista político das análises de campo, observamos que o equipamento produtivo vai além da estruturação econômica, pois as produtoras acolhem a comunidade no espaço, se articulam e mobilizam umas às outras a pensar o sexo/gênero, raça de modo a refletir como a opressão opera na Comunidade do Riacho da Cruz. Elas revelaram de si, das lutas, de experiências, saberes do anseio de liberdade, de justiça e de luta pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2010).

Para identificar a relação das práticas e experiências educativas desenvolvidas por mulheres no campo e suas narrativas, as quais aprendem e ensinam foram projetadas atividades. Essas mulheres participam de movimentos políticos territoriais no Vale Jiquiriçá, que fomenta as agendas e ampliam as discussões das categorias de análise as quais dialogam com a Educação do campo.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) atua para/com os vinte municípios que compõe o Vale Jiquiriçá, que é composto por Camaras Técnicas, entre elas as Câmaras Técnica de Mulheres e de Educação que reforçam debates, que tem como central as categorias de raça, gênero e classe, além de reiterar a criticidade de mulheres sobre o racismo estrutural em curso, atuando no empoderamento de mulheres negras plurais no campo. Ao analisarmos a realidade de mulheres negras camponesas, notamos que as intersecções das opressões vivenciadas, marcadas por seu gênero, sua raça e sua classe, as colocam numa situação de ainda maior violência na sociedade (DAVIS, 2016).

As mulheres negras e camponesas desta pesquisa têm participação assídua nesta construção de desenvolvimento do campo e território. É neste contexto que o grupo produtivo de mulheres toma consciência positivamente e baliza a vida e os atos de

violências que as tornam vulneráveis na sociedade é neste cenário que estrategicamente fabricam práticas de educar no campo o que as tornam mulheres negras, educadoras, sujeitos fundamentais para recuperar o vínculo essencial entre a materialidade da existência e novos modos de educar e combater o machismo e opressão no campo.

“Antigamente, quando as mulheres pensavam em sair pra fora, os maridos não deixavam, aquelas questão de muitas não quererem sair... A não, porque os maridos não deixam. Hoje, através da Associação, através do produto, de luta, a gente conseguiu, não muito, né? Pouco, vencer um pouco os maridos. Não! A gente vai a luta, a gente vai conseguir, sim!” (E.A.Paixão).

Compreende-se, portanto, as lutas coletivas de mulheres negras como geradoras de estratégias coletivas, as quais acolhem as narrativas femininas e consideram o modo de viver e de relacionar-se com a terra, como um compromisso político e interventivo, que confere vigor à educação do Campo. Falamos, então, de uma educação potente, engajada transformadora, emancipatória e provida de saberes interculturais. As trabalhadoras da roça são capazes de quebrar os paradigmas da educação tradicional e gerar bases para a formulação e produção de objetos didáticos e paradidáticos que fomentam, em seu local, ações que reverterem as suas opressões e de suas irmãs negras.

1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa (auto) biográfica tem se expandindo nos estudos em educação e abarca desde as biografias, as histórias de vida, os estudos das trajetórias, os relatos orais, os depoimentos, bem como o exame cuidadoso de fontes consideradas escritos pessoais como diários, cartas, etc. O método vem sendo bastante difundido e utilizado para acessar dados invisíveis sobre pessoas e processos, assim como para gerar dados sobre a formação docente como, por exemplo, a importância dos sentidos atribuídos pelas pessoas às suas próprias experiências (REIS,2022). Para refletir acerca das experiências e de mulheres negras no campo e como essas são fortemente atravessadas pelos fenômenos sociais que impactam grupo produtivo de mulheres negras, camponesas, organizadas socialmente, na comunidade do Riacho da Cruz de Mutuípe fomos ouvi-las.

Pesquisar mulheres negras trabalhadoras do campo, inspiradas em suas trajetórias, considerando o movimento de luta delas, o reflexo das formações anteriores no campo imortalizado na memória, insere-se na (auto) compreensão como mulher e do campo, vencendo as barreiras que o racismo nos coloca para nos vermos e falar sobre nós. Por isso, falar de como o racismo e as estratégias antirracistas se enredam e se contradizem, trata-se de abrir flancos para o letramento racial. Esse movimento de partilha da vida permitiu não só abertura de espaço para todas as vozes, com também permitiu que todas as vozes pudessem ser ouvidas (hooks, 2020).

As narrativas e visibilidade das mulheres da Comunidade do Riacho da Cruz, por meio desta pesquisa, contrapõem o apagamento histórico, epistêmico e existencial do campesinato negro. Neste reflexo e inspirada nos princípios de Educação do campo, perscrutando nesta interface das práticas pedagógicas, advindas das experiências de existir de mulheres do campo, fundamenta-se esta pesquisa na metodologia (auto) biográfica adjunto das concepções metodológicas, epistemológica da pesquisa qualitativa que resulta nos produtos finais que consistem em potencializar as práticas pedagógicas de resistência de mulheres negras no campo.

A (auto)biografia surge nesse contexto para imprimir os fios que tecem as trajetórias e opressões vivenciadas pelo campesinato negro, que assemelham-se e integram as experiências compartilhadas pelas mulheres do grupo produtivo no campo. Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016, p. 114) afirmam que “as narrativas autobiográficas são consideradas como fonte e método de investigação científica” bastante úteis para pesquisa qualitativa em educação, de tal modo que reconhece as memórias do/a sujeito/o pesquisador/a que é capaz de narrar e refletir sobre sua própria experiência e assim contribuir para avanços teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa em educação.

Nesse sentido, a (auto)biografia nos permite perceber os vínculos entre os caminhos traçados pelo grupo produtivo de mulheres negras e a educação, resultando numa construção que se inicia fora dos muros da academia, por meio das práticas pedagógicas no campo, as quais estrategicamente elucidaram os meios de ressurgir e promover resistência da luta de classes, elementos fundantes da educação no campo.

Os encontros e narrativas possibilitaram levantar os resgates históricos de vida e (auto) reflexões críticas acerca das violências sofridas por mulheres negras no campo. Nos encontros de mulheres evidenciou-se que as práticas pedagógicas produzidas por elas na comunidade do Riacho da Cruz é um ato de resistência e que geram ações

materializadas que podem dialogar com a educação do campo, bem como promover o debate acerca dos modos organizativos de mulheres pretas.

Trata-se de uma produção que reflete a incursão (auto)biográfica no âmbito educacional, agrário, no qual é possível perceber os vínculos entre os caminhos traçados pelo grupo produtivo de mulheres negras da roça, a construção da produção epistemológica que inicia fora dos muros da academia, por meio das práticas pedagógicas no campo, as quais estrategicamente elucidaram os meios de ressurgir e promover resistência para a luta de classes, elementos fundantes da educação no campo que, nesse cenário, pauta povos que historicamente foram e são marginalizadas.

O método (auto)biográfico proporcionou as mulheres negras do Riacho da Cruz, o exercício de (auto) reconhecimento, de sentirem pertencentes a sua identidade em sua totalidade. Um movimento recapitulativo de síntese do eu. Nesse momento foi possível prever uma conjectura da trajetória das mulheres projetando uma formação primária antirracista na roça, trilhadas aos moldes da educação engajada, libertadora e emancipatória aos trabalhos no campo.

Conforme Souza e Meireles:

As pesquisas (auto) biográficas nascem e se articulam a partir de princípios da pesquisa qualitativa e da constituição de outros modos de ver/escutar/narrar a vida e as aprendizagens-experiências que se inscrevem nos domínios da formação dos adultos, de professores em processos de formação inicial ou continuada, mas também das formas diversas que as narrativas têm assumido no cenário contemporâneo. Sendo assim, as múltiplas formas de expressão do ato narrativo (escrita, oral, imagética, digital) revelam e desvelam ações cotidianas, reflexões sobre o público e o privado, demarcando os movimentos propulsores das experiências, das histórias individuais e coletivas de pessoas simples, de intelectuais, de professores, de crianças, jovens e adultos (SOUZA *et. al.*, 2018, p. 287).

O método qualitativo contribui nessa produção para imprimir as narrativas das mulheres negras, que surge como articulador aos tecidos de luta desvelados por meio da (auto)biografia enquanto identificam, conversam, aprendem sobre as manifestações do machismo ocultas no campo, bem como compreendem a relevância de, ao se reconhecerem negras, educar racialmente as outras. Constroem assim reflexões e críticas sobre as violências e opressões acometidas no cotidiano, redefinindo as práticas pedagógicas, que se apresentam como estratégias cotidianas – o ir e voltar, o esperar, o “tomar curso”, as conversas durante o beneficiamento do aipim, etc. Estimulam outras mulheres a insurgirem, a reproduzirem e transgredirem práticas,

conhecimento narrados como estratégias que dão sentido a realidade concreta e pertencimentos como modos de educar como provem a Educação do campo: “Um período de ressignificação da subjetividade humana, onde as pessoas passam de estatuto de objeto das análises para o de sujeito protagonista da investigação” (MEIRELES, 2018, p. 31).

A crescente utilização da abordagem bibliográfica em educação buscou evidenciar e aprofundar representações sobre as experiências educativas e educacionais dos sujeitos, bem como incentivou a entender diferentes mecanismos e processos históricos relativos à educação em seus diferentes tempos. Contudo, as bibliografias só têm sentido enquanto entram nas pesquisas como experiências de outrem, ou seja, para promover diálogos, instigar as reflexões, tornar horizontal aquilo que tem sido produzido sobre o tema. Assim, não são explicações sobre, mas funcionam como dispositivo de estímulo às questões conversadas:

Falar sobre como a gente era tratada lá atrás pelos maridos nossos é estranho, porque lá atrás a gente tinha que comer calado.e e hoje com essa educação, movimento, a gente toma partido e enfrenta, só de falar disso, desabafar aqui. Eu não gosto muito de lembrar, mas, a gente se sente mais livre, protegida, como se tivesse gritado enquanto fala (I.T.B.Santos).

As narrativas de mulheres adentram num campo subjetivo e concreto de suas representações sobre as relações de ensino e aprendizagem na roça, sobre o que compreendem sobre educação, sobre a identidade do trabalho exercido no campo, além de nos mostrar os sentidos atribuídos às situações do/no contexto campesino. As narrativas também identificam as manifestações do machismo nas suas vidas, especialmente no cotidiano das que estão à frente das Associações da Agricultura Familiar e equipamento produtivo. Assim sendo, “acessar a memória, biografar-se, é também se encontrar com a própria voz e sua narratividade” (MEIRELES, 2018, p. 30).

Nunca foi fácil, antes eu acordava cedo de baixo de grito pra fazer café pelo traste do marido ainda tinha que ir pra roça empurrando animal com ele em cima, voltava morta de cansada, limpava a casa, fazia janta e tomava conta da minha filha que é deficiente e ficava sozinha em casa me esperano ainda pra voltar e cuidar pra arumar pra escola. Hoje depois de tanta luta enfrentada de não arredar o pé, não desistir de mim, de criar, ensinar a minha filha para não sofrer racismo e violência, eu veio venceno.(I.T.B.Santos)

É o desejo de ensinar à filha os modos de enfrentar as opressões e “não desistir” de si como ela não desistiu que se move o fio narrativo. A trajetória, práticas e aprendizagens-experiências mediante as narrativas têm assumido no cenário contemporâneo e revelado e desvelado ações cotidianas, reflexões sobre campo e cidade, cultura e legados ancestrais, demarcando os movimentos propulsores das experiências, dos afetos - desafetos, das histórias individuais e coletivas de mulheres negras, de intelectuais, militantes, ativistas, etc.

Observa-se que os pressupostos teóricos (auto) biográficos, revelados através das narrativas das mulheres tornam-se relevante por potencializar o protagonismo delas no campo, por meio de suas práticas pedagógicas, além de imprimir o caráter formativo antirracista que extrapola os conteúdos escolares e humaniza os processos educativos na roça enquanto, concomitantemente, dialoga com os fundamentos que conceitua uma educação, pautada na classe trabalhadora e, sobretudo, espelha um conjunto de elementos ligados aos princípios norteadores das práticas pedagógicas que originaram a Educação do campo e reconheceu como uma política pública.

É [...] argumento central que mobiliza o uso da narrativa (auto) biográfica, enquanto perspectiva de pesquisa, ancora-se na possibilidade privilegiada de compreender tais experiências, que entrecruzam o pessoal e o social, em um movimento singular de produção de conhecimento, que extrapola os traçados rígidos, fechados e quantificáveis da ciência moderna (SOUZA E MEIRELES, 2018, p. 285-287).

Narrar também estabelece sentidos para organização, experiências e atuação educativa junto às outras mulheres do campo, possibilitando redefinir as práticas pedagógicas para estimular outras mulheres na construção de estratégias coletivas contra o machismo e o racismo. Temos visto que isso fez com que elas desejassem intervir coletivamente, em detrimento a lógica do modelo dominante, sobretudo, para contribuir com os modos de educar racialmente fora dos muros da escola, se organizando, produzindo, emancipando e construindo visibilidade às produções de alimentos fabricados originalmente por mulheres, oriundos das raízes de aipim, plantadas e colhidas por elas. Esse exercício antirracista, como diria bell hooks (2019) de “amar a negritude”, possibilitou a compreensão de que as mulheres negras estão unidas em levantes.

O método (auto)biográfico proporcionou às mulheres negras do Riacho da Cruz o exercício de (auto)reconhecimento e de desenvolvimento de suas identidades negras camponesas ao “retomar a experiência do corpo, do espaço, dos sentidos, do vivido” (MEIRELES, 2018). Nesse momento foi possível reconhecer na trajetória das mulheres, uma formação primária antirracista na roça, trilhadas aos moldes da educação engajada, libertadora e emancipatória dos/as trabalhadores/as do campo, ou seja, os corpos experimentam culturalmente o “ser negro”, e resistem ao racismo no cotidiano, especialmente gerando modos negros de sociabilidade e cultura.

É nesse sentido que a escrita deste artigo constituiu a (auto) biografia. Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016) afirmam que narrativas (auto) biográficas são consideradas como fonte e método de investigação científica bastante útil para pesquisa qualitativa em educação, de tal modo que reconhece as memórias do/a sujeito/o pesquisador/a que é capaz de narrar e refletir sobre sua própria experiência e assim contribuir para avanços teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa em educação.

2. PRODUTO FINAL

Neste capítulo, será apresentada a materialização do produto final, o qual foi executado por meio de ações de caráter pedagógico, epistêmico, formativo, tecnológico e inovador que consistiu analisar a experiência, a luta e resistência de mulheres negras, este produto está ligado ao Mestrado Profissional em Educação do Campo, por meio do método (auto)biográfico, a qual contribuiu para compreender a historicidade dos sujeitos através de suas narrativas.

O processo de construção desta produção científica, pioneira no Programa de Pós Graduação, se originou através de análises em campo que toma como base as narrativas de um grupo de mulheres pretas camponesas organizadas socialmente na Comunidade do Riacho da Cruz, cidade de Mutuípe no estado da Bahia, visando também construir visibilidade social, acadêmica e existencial às mulheres, bem como produção de conhecimento estratégico que lhes garante, a autonomia no campo através das narrativas. O processo de construção também ancora-se na maturação de leituras de referência para o combate das violências estruturais sofridas pelas mulheres campo. Nos permite uma centelha do esperar, ao fomentar a legitimação da autonomia e liberdade de mulheres negras camponesas através das pautas abordadas na proposta dessa atividade final.

A princípio foi desenvolvido um planejamento pedagógico de execução junto às mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz, podemos chamar tecnicamente de pré produção, em seguida buscou-se realizar um roteiro para sistematizar cada etapa da execução, o qual foi estruturado da seguinte forma: a) Filmagem aérea da comunidade localizando o equipamento produtivo no território camponês a chamar de (O encontro ao Território e suas confluências); b) Encontro de mulheres negras e lida na roça com acultura do aipim; c) Rodas de conversas de mulheres negras no campo no espaço do equipamento produtivo; c) oficina de construção do *QRCode*; d) Produção de uma curta metragem; e) Construção de um canal no *youtube* com acesso através de *QRCode* f) Confeção de rótulos e inserção do produto e registro de intelectualidade, a patente.

No que tange à importância específica presente desta pesquisa – Produto, neste relatório, é possível afirmar trata-se de uma produção pioneira no Território de identidade do Vale do Jiquiriçá, considerando que, até o momento, não há qualquer registro de áudio visual que visibilize as experiências e estratégias de sobrevivência (métodos pedagógicos fora do chão da escola), fabricado por um grupo de mulheres negras em meio a produção/beneficiamento do aipim /alimentos na roça.

Produtos que segundo a normativa do Artigo 7º., § 3º, da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 do Ministério da Educação, correspondem aos resultados de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual

A pesquisa foi realizada no Riacho da Cruz, região rural localizada a 30km da zona urbana da cidade de Mutuípe na Bahia. O campo e a cidade são formas concretas, ou seja, a materialização de um modo de viver a vida. Já o rural e o urbano são representações sociais: “Campo e cidade são formas espaciais. Urbano e rural possuem, (...) uma dimensão processual, são conteúdo e contingente” (HESPANHOL, 2013, p. 104). O urbano se torna cada vez mais em um espaço artificial. O espaço “vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência” (SANTOS, 1988, p. 16).

A violência contra a mulher não tem espaço definido. Ocorre no campo e na cidade, um fenômeno avassalador. No entanto, para as **mulheres e meninas negras** na roça, a realidade é mais cruel, porque além de conviveras dores duras da violência na

carne, causada por seus pares, as mulheres enfrenta, a negação de direito do acesso a informação precisa que lhe faz acessar minimamente as políticas publicam e de enfrentamento as violências.

As violências acentuadas pela expansão do agronegócio e das mineradoras, somada às condições desiguais que vivem as mulheres do campo, com menos acesso à educação, baixa escolaridade, restrição à titulação de terras, falta de autonomia econômica, restrição ao acesso a insumos e crédito e desvalorização do seu trabalho. Para a maioria das mulheres negras do campo, aos 17 anos a Lei 11.340, Maria da Penha, não chegou ainda no campo e, sozinha, não garante-lhes a vida das mulheres, nem no campo nem na cidade.

Segundo a Secretaria de Agricultura do município de Mutuípe, a região acolhe 90 famílias, a maioria dos residentes é maior de 30 anos, possuem terras e sua renda é exercida pelo núcleo familiar de produção rural, o que caracteriza através do marco legal com a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006) que diz respeito a agricultura familiar, a qual é responsável por mais de 70% da alimentação produzida no Brasil (LIMA; SILVA; IWATA, 2019), na cidade de Mutuípe não é diferente. Trabalham duro a mão destas mulheres no campo, ganham peso, formatos, duntas em calos e mesmo não tendo o trabalho reconhecido, elas lutam para adquirirem o auto sustento da família.

As mulheres dessa região, em sua maioria, são pretas, mães, monoparentais que lideram a produção alimentícia e organização social. Ângela Davis (2016) contextualiza que a mulher na liderança da família precisa de suporte para que consiga seu auto sustento, é sabido que os seus obstáculos não são colocadas como sujeito a ser amparado pelo Estado.

Agricultoras plantam aipim, hortaliças, criam galinhas, colhem cravos, guaraná e verduras, apesar disso são fortemente impactadas com as opressões ao nível de causar rupturas importantes economicamente na vida delas. Neste cenário de violação e radicalização que desiguala a classe, caba por corroborar para a manutenção do racismo e alimentar a vulnerabilidade social no campo:

Os movimentos gerados para articular, mobilizar as mulheres, a pensar o sexo/gênero, raça e para pensar como a opressão opera no campo. Elas revelaram de si, das lutas, de experiências, saberes do anseio de liberdade, de justiça e de luta pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2010, p. 32).

O saber mais valioso é a partir das experiências, o olhar sensível do cotidiano contribui para o ensino e aprendizado durante a caminhada, vai além da vivência

acadêmica inteira. Por muitos séculos as mulheres foram ignoradas pela historiografia, conforme indica Joan Scott (1989) e Joana Maria Pedro (2005). A história era contada de maneira eurocêntrica e endocêntrica, exaltando os grandes heróis, os guerreiros, a vida pública, espaço de homens brancos proibido para as mulheres, sobretudo, negras do campo.

Nesse contexto desprovido de privilégios no campo, sobretudo no que diz respeito a comunidade do Riacho da Cruz, onde impera a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e a colonialidade de gênero (LUGÓNES, 2008), as experiências, práticas pedagógicas de resistência dessas mulheres se tornam ainda mais relevantes. Existem tantas Carolinas Marias de Jesus na comunidade do Riacho da Cruz e entre risos e atravessamentos durante a pesquisa, a contribuição delas através do método autobiográfico nas escolas de Educação Básica do/no campo.

As Mulheres negras, moradoras da comunidade do Riacho da Cruz, segundo os dados fornecidos oralmente pela Coordenação da Secretaria de Assistência Social, setor do Programa Bolsa Família do município de Mutuípe, no ano de 2023, 60 famílias acessaram ao programa de distribuição de rendas direta do Governo Federal, (Bolsa Família/ PBF) além de somarem a renda com as produções agrícolas e inserção de outros programas Federais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e 30% dos alimentos in natura para o Programa de Aquisição de Alimentos para os (417) municípios e 27 Território da Bahia, onde a cidade de Mutuípe e Região do Riacho da Cruz está localizada (BRASIL, 2009), no entanto, apesar disso a renda não tem sido suficiente ao bastante para sua manutenção de vida, as mulheres do grupo produtivo buscaram por adquiriram outras experiências para construir sustentabilidade e autonomia, sem sair do campo, através da fabricação de glossemas.

O grupo produtivo que ilustram este trabalho é de (6) seis mulheres, sendo 5(cinco) do grupo produtivo e 1 (uma) que representa a Associação de Agricultores Familiares do Riacho da Cruz. Elas mostram como é importante combater a realidade patriarcal e conservadora que ainda se mantém forte em nosso país/campo. Nesse empenho, não desconsidero as buscas pela historicidade originária da identidade nominada de região do Riacho da Cruz, mais uma das ações que concretizem esta pesquisa. A mesma possibilitou compreender os arranjos que envolvem o *lócus* da pesquisa, caracterizar geograficamente a região que há 40 anos acolhe mulheres

negras, sobretudo reposicionar o Território usado da região em que habitam o grupo produtivo.

4.1 O encontro ao Território Campesino e suas confluências -

O encontro ao Território e suas confluências foi nomeado para pensarmos que embora a comunidade do Riacho da Cruz e corpos de mulheres negras passaram durante uma vida por diversos atravessamentos, elas buscam territorializar o Riacho da Cruz, transgredindo saberes apreendidos por suas mais velhas que as formaram pela oralidade, carregados de memórias e inspiradas por legados Segundo Bispo dos Santos, “A memória são conteúdo de um continente, da sua vida, da sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse o documento”. Logo, há uma confluência: “nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual” e “nem tudo que se mistura se ajunta”. (SANTOS, 2015, p. 89) onde a comunidade se torna resistência, um quilombo que acolhe tantas mulheres, que reverbera resistência e projeta visibilidade do pertencimento de ser, estar, viver no campo.

A atividade “Encontro e Território” foi realizada em 23 de maio de 2023, às 9h da manhã, no Território de Identidade do Vale Jiquiriçá, zona rural de Mutuípe, e contou comigo, uma profissional de áudio visual, a presidente da OSC Riacho da Cruz e três mulheres do grupo de produção que seguiram o roteiro e contando com um drone com câmera que sobrevoou a cidade sede de Mutuípe em direção às estradas vicinais que ligam a comunidade do Riacho da Cruz, visibilizando o território e a existência no campo e manutenção a produção e equipamentos produtivos do Riacho da Cruz.

Para esta pesquisa, o drone surge como uma inovação de acesso tecnológico no campo de pesquisa e nos produtos gerados ao programa PPGEEDUCAMPO, que apresenta diversas contribuições relevantes para qualificar as ações que somam o resultado final dos produtos. Além de sua capacidade de captação de áudio visual em tempo real no ar, o drone foi utilizado para gravar de forma aterrissada.

A filmagem final durou por volta de 10 minutos, no entanto teve uma redução em sua exibição, que após edição e trato de imagens, foi traduzido por uma interprete de Libras responsável por facilitar a comunicação de maneira neutra, garantindo o acesso à informação para a pessoa surda que se comunica por meio da Língua Brasileira de Sinais. Inclusive, a filha de uma das mulheres que compõe o grupo

produtivo do Riacho da Cruz. A filmagem áreas, captação de telas e vídeos, foram realizados por um profissional de áudio visual (Droneservice empresa individual) da cidade de Mutuípe e editado para auxiliar a abertura do curta em edição final.

Portanto, essa primeira produção visual no território campesino do Riacho da Cruz, emerge da idéia de pertencimento ao território e da possibilidade de estar produzindo conhecimento no ambiente fora dos muros da academia.

Imagem -3 – Foto área: Comunidade do Riacho da Cruz



Foto área: Droneservice empresa individual

Este vídeo se caracteriza pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo (SANTOS, 2000). Sobretudo demonstra a apartheid de povos, clima, habitação entre campo e cidade e através de um fundo musical faz uma ligação a resistência de mulheres negras e resistência travada no campo - comunidade pesquisada

Deus é uma mulher preta
E por natureza sei que vou sobreviver
Deus é uma mulher preta
Bença minha mãe para lutar e escrever (Jéssica Gaspar,
2017)

A letra da música, “Deus é uma mulher preta” composta por uma mulher preta, denuncia os efeitos do racismo provocado, sobretudo, pelo Estado contra a vida negras. Entretanto, a música também retrata da alma, saberes ancestrais e reivindica o lugar de humanidade aos povos diásporas africana que o racismo tanto nos nega, a cantora ainda faz uma menção ao “legados herdados de outras mulheres que dão força

para prosseguir, rainhas de ontem e hoje que espelham as lutas de mulheres colaboradoras destas pesquisa que florescem a cada dia em si.

A identificação do território, por meio de imagens aéreas, se encerra quando outra música toma cena, junto ao caminhar de mulheres que saem da roça em direção ao equipamento produtivo. O nome da musica, é “Povoada”, é interpretada por Sued Nunes, traz uma mensagem de identidade coletiva e pertencimento.

Ei, Povoada é um-un nome curioso né?
Porque a gente sempre fala de Povoada
Em relação à Terra né?
A Terra é povoada
Mas, também sou terra
A gente também é terra de povoar (SUED NUNES)

A letra é um manifesto de união e força interior, que enfatiza que, apesar de ser um corpo em movimento, uma pessoa, pode-se carregar consigo a presença e a força de muitos: “Povoada, quem falou que e ando, só? Nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mais não sou só” (SUED NUNES).

A repetição do verso 'Quem falou que eu ando só?' desafia a noção de solidão, sugerindo que mesmo em momentos de isolamento, lutas e resistências a conexão com outras permanece, o que dialoga com as práticas de mulheres do grupo produtivo no campo por buscarem reconhecer e celebrar a riqueza de suas próprias histórias, identidades coletivas <https://www.letras.mus.br/temas/identidade-coletiva/> e sentimento de pertencer no campo.

A segunda atividade foi realizada em 20 de maio de 2023, às 9h, na comunidade do Riacho da cruz, a qual abordava sobre a produção, beneficiamento, manejo da cultura das raízes do aipim e processo coletivo de colheita na roça, até chegar o produto final, identificado como uma das estratégias do grupo de mulheres negras na roça. Em seguida, fizemos uma roda de conversa para analisarmos a gestão associativa o equipamento e como os fenômenos sociais impactavam negativamente para evolução destes empreendimentos.

Imagem -4 : Roça, manejo da Cultura do Aipim



Foto: Droneservice empresa individual

Esta abordagem será verificada, através da produção do áudio visual por meio de captação de telas, HD, exibidos através de vídeos, considerando o lócus de pesquisa uma instância campesina, social, sustentável, quilombada além de construir visibilidade a produção de mulheres pretas campesinas com uma rebelião educativa racialmente datada.

Ao chegarmos no espaço, nos deparamos com uma senhora que dizia ter recebido uma compra de uma produção de gulosemas (acebolado de aipim) para entregar três dias após. Logo, Ivonete, uma das integrantes, propôs iniciarmos a nossa atividade na roça colhendo a raiz, em seguida voltariamos para o equipamento e dariamos sequência. Para ela, essa metodologia culminava com a proposta de produção econômica que havia sido escrita no roteiro. No ato de ensinar como colher o aipim, uma das integrantes nas costuras da memória, trazia um tecido das vivências dela na roça: “A gente tem agradecido muito a deus por ter esses conhecimentos na produção que tem ajudado psicologicamente e financeiramente”.

Compreendi, então, como essas mulheres são fortemente atingidas pela insuficiência de autonomia sobre os lucros adquiridos por sua produção e força de trabalho. Além disso, por mais que trabalhem tanto, ou mais, que seus companheiros, não são reconhecidas por isso. Saffioti (2004) salienta que o trabalho feminino fora de casa é considerado como ajuda oferecida ao pai ou marido, pois a divisão sexual do trabalho construída socialmente acaba por reforçar que existem lugares sociais para serem ocupados por mulheres e outros para serem ocupados por homens, o âmbito doméstico sempre direcionado à primeira e o público ao segundo.

Ao retomar para o espaço de produção, retomamos a história de vida narradas em que abordaram cenas que me dispus a “assuntar”. Retomamos os ensinamentos

forjados no espaço de produção e utilizamos uma estratégia do ensino e aprendizagem por meio das narrativas e reflexões que produzem uma educação libertadora e consciente da opressão do machismo e do patriarcalismo. Com isso, permita que o diálogo de trocas entre elas contextualizasse e despertasse a forma que o machismo operava no campo e o racismo impactava em suas vidas, limitando, dentre outros aspectos, a sua independência financeira, intelectual, mesmo estando à frente de Associações, ainda que trabalhassem tanto quanto os homens no campo, esse conhecimento era produzido simultaneamente as práticas que indiretamente faziam conectar a terra.

Desta maneira, “o/o educador/a já não é o/a que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado/a, em diálogo com o/a educando/a que, ao ser educado/a também educa” (FREIRE, 2005, p. 78-9).

A aprendizagem na roça é articulada a essas narrativas de ensino não formais, pautadas em gênero, raça, produção campesina, agricultura familiar, ao pertencimento do corpo e território, caracteriza práticas pedagógicas de educação libertadora e aprendizagem no campo de mulheres pretas, corroborando educacionalmente no combate as opressões estruturadas na sociedade.

No entanto, as mulheres resistem no campo e buscam por produzir, ensinar, aprender e com isso praticam pedagogias educativas que liberta, emancipam e, potencializam os conhecimentos e saberes relacionados à terra, aos meios de produção.

As experiências e luta coletiva do grupo de mulheres do Riacho da Cruz precisa ser reconhecida e construída, para que diferentes gerações entenda a importância de aprenderem uns com os outros, observando criticamente a realidade, o empoderamento e diálogo horizontal, como ressalta hooks (2013 p.193) ao dizer que “Para educar para a liberdade, portanto, temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os processos pedagógicos”.

Adentramos ao assunto de gestão associativa quando Livia dizia:

Agora não podemos desistir, precisamos fazer outra gestão associativa pra gente não perder dinheiro”. Eram 11:00h, elas já estavam no processo da produção, Livia dizia: a gente faz assim cris ô, primeiro arranca lá, como você viu, traz, lava descascas, corta, bota pra triturá e inicia a receita que essa gente não passa. Mais aqui é como se fosse uma terapia, num instante a gente faz, nois canta, nos ensina umas a outras, nois fala da nossa vida pessoal que nois

passa comas nossas cruz (marido), do viver na roça e nos fala também como é difícil a gente crescer sem grandes estudos e negra, o povo num da valor. L.C.Santos

Nesse exercício da escuta, compreendemos que as práticas pedagógicas de Mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz, caracterizam uma produção de conhecimento originaria no campo e ao mesmo tempo que promove autonomia financeira, também vai gerando autonomia política sobre os seus corpos . Práticas que configuram o perímetro pedagógico importante na construção de sociedade e vida do trabalhador no campo.

4.2 Segunda atividade: Rodas de conversas de mulheres negras no campo no espaço do equipamento produtivo

A roda de conversa e diálogos foram estabelecidos no início da pesquisa, no primeiro período da pós-graduação em 2022.2. Notei que embora existisse uma organização por parte das mulheres aqui pesquisadas, ainda desenvolviam a crítica muito timidamente, pois não dialogavam com diferentes sujeitos, participavam de poucos processos políticos na produção e ainda não tinham uma noção mais elaborada de como se reeducar nos processos agrários, na organização social da Associação, de modo que pudessem perceber a potencialidade que tinham e que estava sendo desperdiçada pela ausência de formação coletiva acerca de sua identidade negra, empoderamento negro e que assim seriam capazes de gerar melhores resultados produtivos para si e para sua localidade.

Quando elas se dispuseram a realizar os encontros no campo, no espaço interno do equipamento produtivo, no período da manhã de 27 de dezembro de 2023, junto às cinco mulheres negras do grupo produtivo, estávamos potencializando a luta já travada por elas no campo. Dentre os diversos relatos que ouvi, o que mais me chamou atenção foi a frequência do machismo vivenciado por elas, exposto ao relatarem situações de cerceamento da liberdade, da individualidade, de dependência psicológica e econômica que elas passaram ao longo do existir no campo. Compreendemos como todo esse contexto limitava a atuação delas e as impedia de avançar na compreensão de si.

Imagem 5 - Imagem roda de conversa



Foto : Jadson Ribeiro

A atividade aconteceu no espaço interno do equipamento de produção na zona Rural do Riacho da Cruz na manhã de 27 de dezembro de 2023, e o encontro consistiu em realizar uma abordagem combinando as narrativas realizadas coletivamente por elas anteriormente (em outras rodas promovida por esta pesquisa) bem como, articulando as leituras epistêmicas realizadas e maturadas que dão corpo esta produção.

Nessa perspectiva, através da qualificação, leituras e narrativas produzidas, foi possível compreender como estas mulheres são fortemente atingidas por um sistema opressor machista que não lhe fornece autonomia sobre os lucros adquiridos por sua produção e força de trabalho e que por mais que trabalhem tanto, ou mais, que seus companheiros constantemente não são reconhecidas por isso. Além disso, evidencia-se que a roça é vista como sinônimo de inferioridade por seus conjugues e sociedade, que ser mulher do/no campo está sujeita a vulnerabilidade e acessível as violências domésticas sem direito a gritar por liberdade como é possível observar na fala: “*que iriam nos ouvir, Cris*”? Narrada por Tomé, integrante do grupo, tomada por emoção:

Eu também faço parte aqui da produção. Sou sócia da Associação Nunca foi mais isso nuca foi visto como um trabalho por meu marido, a gora quando fazia o diero, ai de eu, si dissesse que não tinha (risos, expressões críticas faciais) (Neide).

Segundo Saffioti (2004, p.4), o patriarcado consiste em “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, onde intensifica a desigualdade entre os sexos, criando uma hierarquia, que até nos dias atuais sente-se seus resquícios. Com isso, o relato da agricultora pontua as dificuldades encontradas para se organizar

economicamente são naturalizadas dentro da sociedade, sendo que homens apresentam-se prontamente como ativos, fortes e viris, sendo considerados os chefes da família, já a mulher como passiva e frágil, onde seu trabalho, produção, funcionalidade se resumia ao papel de mãe e dona do lar, afetada pela violência matrimonial.

Saffioti (2004) salienta que o trabalho feminino fora de casa é considerado como ajuda oferecida ao pai ou marido, pois a divisão sexual do trabalho construída socialmente acaba por reforçar que existem lugares sociais para serem ocupados por mulheres e outros para serem ocupados por homens, o âmbito doméstico sempre direcionado à primeira e o público ao segundo:

Ninguém acreditava em nós, não tinha roupa bonita, não tinha diero, não tinha a cor branca, não tinha educação (se nunca tinha ido pra escola, nós era mermo uma boia fria,) os marido mermo botava pilide, chamavam a gente de nega do timbó, mas a gente nunca desistiu de procurar melhora para enfrentar e crescer (Tomé).

Eu me orgulho de ser negra, mas se a gente não empurrar a porta, a gente não entra, nois não vende, nois não vive, ainda mais aqui na roça que o povo acha que a gente não tem que saber de nada, não tem que estudar, trabalhar ter dinheiro e as coisas. O trabalhar pra não ganhar tanto e ainda chegar em casa e fazer meio mundo de coisa (Neide).

As experiências e vivências, através da organização social e da produção, ganharam forças quando a agenda principal da reunião foi potencializada pelas narrativas sobre como a vida das mulheres era experimentada no dia a dia. Essas narrativas desdobram-se em muitas estratégias cotidianas que tem a marca do território, da raça e da classe. Lugones (2014), ao propor um feminismo decolonial, aponta que a mulher deve se tornar capaz de ver o mundo de outra forma, de ressignificá-lo e renová-lo e, assim então passar a exigir de si mesma a abandonar o seu encantamento com uma suposta “mulher” universal, para assim começar a aprender com outras mulheres, companheiras de luta, que também resistem à diferença colonial.

Umam educam às outras, começando da experiência da mais antiga, que também aprende com aquela que chegou. Desta maneira, “o/o educador/a já não é o/a que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado/a, em diálogo com o/a educando/a que, ao ser educado/a também educa” (FREIRE, 2005, p. 78-9).

Atualmente, os problemas econômicos, sociais e culturais ainda assustam, mas os nossos corpos negros no campo buscam vias de existir, ou seja, elaboram “[...]”

formas específicas de ser e existir enquanto camponês negro” (Gusmão 1990, p.46). Deste modo, aprender com as experiências e as práticas pedagógicas de formação, gerando o empoderamento e protagonismo das mulheres pretas no campo, exige que essas mulheres tenham as conexão e consciência com a realidade, afinal a mudança não virá de cima para baixo.

As experiências e luta coletiva do grupo de mulheres do Riacho da Cruz precisa ser reconhecida e (re) construída, para que diferentes gerações entendam a importância de aprenderem umas com as outras, observando criticamente a realidade, como ressalta hooks (2013, p.193): “(...) para educar para a liberdade, portanto, temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os processos pedagógicos”.

4.3 A Terceira atividade consistiu em construção de *QRCode*

O *QRCode* é definido como um código de barra configurado em duas dimensões (2D), que suporta de textos a arquivos multimídias, impressos em superfícies planas, que torna essa tecnologia muito favorável para as organizações exibindo baixo custo de produção, enquanto colabora para o acesso à informação. Além da demonstração da criação em passo a passo, foi feita a demonstração de como acessar, utilizando o aparelho móvel de um celular:

O Artigo 7º., § 3º, da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 do Ministério da Educação, estabelece para Mestrado Profissional: publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, relatórios finais de pesquisa, *softwares*, projetos de inovação tecnológica, ou outros produtos e processos tecnológicos inovadores em Educação do Campo, e a Ação proposta no presente trabalho contempla o que diz o referido o documento. (BRASIL, 2009).

Uma ação codificada no *software* possibilita que as tecnologias sejam utilizadas pela Educação do Campo, reconhecendo a vida humana articulada aos saberes tecnológicos e a terra e sua relevância para o manejo produtivo no meio agrícola, além disso, possibilitará visionar o cotidiano de mulheres pretas do Riacho da Cruz e seu processo educacional, bem como o espaço formativo oriundo dessa pesquisa.

Do ponto de vista do empoderamento de mulheres pretas produtivas, a tecnologia a ser criada está pautada no principal marco legal baseada na Lei 9279 de 1996, a Lei de Propriedade Industrial (LPI). Trata-se, portanto, de uma pesquisa que resulta num produto pioneiro para o programa de Educação do Campo, bem como a

utilização de mulheres pretas do campo trata-se de um acontecimento importantíssimo, bem como visa tornar público a contribuição deste registro para a organização social e espaços que as mulheres transitam.

Nesse sentido, a proposta de inserir *QRCode* em alimentos produzidos por essas mulheres camponesas se justifica por possibilitar o registro de uma produção exclusiva, bem como a divulgação de uma história de emancipação e autonomia feminina no campo que se corporifica em uma cultura passada de geração a geração familiar do campo no município de Mutuípe, Território do Vale do Jiquiriçá.

4.4 Quarta atividade: Produção de áudio visual – Curta metragem

A produção de um áudio visual, na modalidade curta-metragem, em que a intenção é visibilizar as lutas e resistências de mulheres negras para problematizar as atuais hierarquias sociais, as violências raciais e as interdições às mulheres durante suas trajetórias cotidianas no campo, no equipamento produtivo onde o reposicionamento antirracista gera diferentes noções de autoridade, assim como novas perspectivas femininas em contraste com aquela socialmente vivida em outras esferas da sociedade. Associando terra, educação libertadora, produção agrícola e alimentícia e os levantes em direção autoafirmação.

A produção de áudio visual abordou as narrativas das mulheres negras do grupo produtivo, sendo captadas através de uma roda de conversa. A produção aconteceu durante os três dias de atividades: a primeira “no encontro ao território”, a segunda e a terceira através das “Rodas de conversas de mulheres negras, nos anos de 2022 e 2023, ambas descritas neste trabalho, nessa perspectiva, gera-se o curta metragem. Este material utiliza-se de sons, imagens recortadas, montadas e hibridizadas as quais projetam o futuro para/de mulheres negras, onde estas são “líderes de suas produções”. A projeção do curta baseia-se na construção presente de retomada do território e reposicionamento existencial de mulheres da roça do município e zona rural de Mutuípe, produzido através de suas narrativas e aporte do método autobiográfico, desenvolvidas no espaço produtivo e a partir da inserção feminina negra nos afazeres agrícolas e constituem-se ações de combate ao racismo e as violências cometidas aos seus corpos.

O curta-metragem foi coordenado por mim e contou com o profissional de áudio visual e envolveu as colaboradoras da pesquisa (grupo de mulheres negras) na construção do roteiro. Juntas definimos as imagens e locais para as filmagens de acordo com as possibilidades e conforme a autorização da produção.

As imagens visualizam mulheres contando as histórias vivenciadas contemporaneamente, compostas por violências machistas e racistas vividas em Mutuípe e no Vale do Jiquiriçá.

Nesta perspectiva a gravação áudio visual das atividades realizadas somaram-se no *vídeo final* que trouxe também a minha narrativa, como pesquisadora. Foi postado no canal de *YouTube*, por nome: Me.Edu.Campo,OSC Riacho Cruz-Mtuiupe.com. Identificador: @Me.Edu.CampoOSCRiachoCruz – Mutuipe.com De URL do canal: <https://youtube.com/@Me.Edu.CampoOSCRiachoCruz-Mutu?feature=shared>

Em seguida foi gerado o código *QR Cod* a qual será impresso no rótulo das embalagens do produto alimentício, Acebolado de aipim, produzido coletivamente pelas mulheres, podendo ser acessado ao mirar a tela digital para a imagem, pular os anúncios, caso apareça e mergulhar aos fios que tece a vida do grupo produtivo de mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz.



Imagem – 6 : QRCoide

Nesse sentido, encerramos as atividades buscando refletir sobre a estrutura do *software*, colocar códigos *QRCode* nas embalagens dos produtos e construir uma ferramenta eficaz, pois a digitalização do código QR é rápida, simples, mais que possibilita gerar reconhecimento as mulheres e suas trajetórias no campo, contribuir para despertar outras mulheres camponesas, sobretudo as negras a não se curvarem a cultura do machismo e romper coma naturalização das opressões acometidas as mulheres negras de forma estrutural na sociedade.

A construção de um QRCode, código de barras bidimensional será utilizado como uma ferramenta que identifica o processo de manipulação das raízes in natura na produção de alimentos beneficiados por mulheres pretas camponesas, nos equipamentos produtivos no campo

As ações elencadas anteriormente estão de acordo com a proposta dos Mestrados Profissionais em que o produto deve aderir à propostas de formação de educadores do campo proporcionando a capacitação para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho.

A quinta ação vai garantir aos titulares da inovação o direito de salvaguardar o seu projeto científico, intelectual de forma exclusiva. Trata-se de um direito de que trata o art. 6º da Lei 9.729/96 tem como objeto uma invenção. Mais propriamente, um invento, eis que as mesmas regras se aplicam à criação industrial suscetível de patente de invenção e de modelo industrial.

O autor está livre de dar ou não publicação às suas ideias, mas:

uma vez realizada a publicação, produz-se um fenômeno que escapa ao seu domínio: a ideia não é somente sua; o público a possui e já não pode perdê-la mais. A ideia é refratária, por sua própria natureza, ao direito de propriedade que presume a possibilidade de uma posse exclusiva (CHAVES, 1995, p.9).

Pode se dizer que tanto a metodologia quanto as ações que intuem esse produto contribuem e propiciam formação de mulheres diretamente através da pesquisa e indiretamente por seu meio de circulação que, ao ganhar corpo, motiva, empodera outras mulheres a se engajarem e a lutarem em defesa da raça, do gênero e, sobretudo, a sua sobrevivência no campo.

Nesta perspectiva está sendo feito um contato com pesquisadores, estudiosos da área, para dar entrada na patente. Uma maneira internacionalmente reconhecida de medir a intensidade do processo inovativo de um país é o número de pedidos de patente (CRUZ, 2002). O direito ao conhecimento por meio da proteção intelectual é um assunto que há tempos é debatido no meio acadêmico, empresarial e como política de Estado.

A propriedade intelectual (PI) trata da proteção concedida a todas as criações resultantes do espírito humano, seja de caráter científico, industrial, literário ou artístico. Ela é dividida em duas grandes áreas: a propriedade industrial (como patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos industriais, indicações

geográficas, registro de marcas e proteção de cultivares) e o direito autoral (como obras literárias, artísticas e científicas, programas de computador, topografias de circuito integrado, domínios na Internet e cultura imaterial).

Shiva (2001) vai contrapor criatividade e proteção. Partindo da ideia de que a ciência é uma expressão da criatividade humana, seja a individual ou a coletiva, e a criatividade abrange diversas expressões, para a autora a ciência é uma “iniciativa pluralista que engloba diferentes ‘maneiras de conhecer’” (2001, p. 29).

É de responsabilidade das universidades estabelecer um canal de comunicação com o público e as patentes se estabelecem como uma ferramenta de divulgação científica. As universidades têm nas patentes uma fonte de informação para a mídia, que, por sua vez, atende ao seu papel de levar à sociedade os assuntos de interesse e de formação do cidadão. Ao formar esse cidadão, este se insere no debate da política de C&T, contribuindo para a democratização das ações formuladas na área.

Nesse sentido, mesmo que as políticas públicas de Ciências & Tecnologia não enfatizem a divulgação de patente, considerando que cabe ao Estado facilitar a comunicação pública e que cabe a ele avaliar sua outorga, as patentes carregam requisitos que as tornam uma importante fonte de divulgação científica para o público, conforme Freitas (2021) são metodologia de avaliação da produção Técnica e Tecnológica a ser aplicáveis em todas as áreas de avaliação final das produções científica pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O registro já foi dado entrada através de dois contatos feitos por um profissional da ANCINE – Agencia Nacional de cinema e Biblioteca nacional aas quais estão orientando o passo a passo de como legalizar e garantir a produção intelectual. Nesse sentido, foi orientado a fazer um cadastro na plataforma inicial no site da ANCINE: <https://www.gov.br/ancine/pt-br> ,um portal ligado ao GOV.BR que após passar por quatro etapas iniciais de cadastro pessoal, o curta metragem que, após avaliação da banca ANCINE o qual após de 15 dias, irá gerar um protocolo podendo ser apresentado como um documento que define o seu produto habilitado pelas normas da Ancine que reconhece o produto intelectual.

Em seguida será dado entrada na biblioteca nacional, para garantir os pressupostos político da pesquisa, o meio de verificação e circulação que caracteriza o produto, bem como tornar visível a luta e as múltiplas capacidades que detém as mulheres do campo.

5. RESULTADO/DISCUSSÃO DA PESQUISA

A pesquisa gerou um produto que através do método (auto)biográfico, com viés qualitativo, considerou as narrativas produzidas por mulheres negras organizadas socialmente e líderes de um equipamento produtivo na roça. As narrativas destas mulheres apreendidas no campo, reconstrutiva de momentos histórico de ensino e aprendizagens com/para outras mulheres negras na roça, possibilitou analisar e compreender como as mulheres resistem às violências estruturais e opressões a raça no campesinato negro, comunidade do Riacho da Cruz.

Ressalto que há semelhança da minha experiência de vida do/no campo com a de mulheres do grupo produtivo, mulheres negras de infinitas camadas sociais, atravessadas pelas violências de raça e gênero de forma interseccional, no âmbito social, espaços formais e informais e na cidade de Mutuípe, região do Riacho da Cruz e estruturalmente na sociedade brasileira.

A vista disso, pesquisar mulheres negras trabalhadoras do campo, inspirada em suas trajetórias, considerando o movimento de luta delas, o reflexo das formações anteriores no campo imortalizado na memória, inserem-se na (auto)compreensão como mulher e do campo, vencendo as barreiras do racismo, do regime de dominação e outras violências. Além disso, foi possível compreender as lutas e as estratégias de mulheres negras, assim como a contribuição da formação do campo, que abrem flancos para legitimarem o princípio educativo da Educação do Campo engendrados nos fazeres do dia a dia de mulheres negras no campo

Outro advento está para com a comunidade acadêmica no âmbito das universidades, enquanto produção de conhecimento através de publicações de anais e participação da coletividade por meio das contribuições nas produções acadêmicas e inserção de tecnologias no campo de pesquisa e articulação a discussão de raça por meio de uma auto biografia articulada a Educação do Campo, envolvendo Povos camponeses que se reconhecem como tal, principalmente mulheres produtivas e a construção de produto acadêmico, sobretudo, a construção indenitárias patenteadas coletivamente nesta produção.

Uma experiência enriquecedora que há anos estamos trilhando, em destarte a autora teria mencionado de forma muito breve, consiste na mudança no uso do termo Rural para Campo que implica na necessidade de que mudanças ocorram nas estruturas sociais e econômicas. Com o advento de pesquisadores adotarem o Rural

como objeto de estudo, isso resulta de forma significativa nas pequenas populações se auto reconhecerem como tais.

Em suma, quando se fala em desenvolvimento, menciona-se a comunidade a se organizar de forma sistematizada, isto é, reaver sua identidade e pertencimento ao lugar. A crescente utilização da abordagem autobiográfica em educação buscou evidenciar e aprofundar representações sobre as experiências educativas e educacionais dos sujeitos, bem como potencializou a entender diferentes mecanismos e processos históricos relativos à educação em seus diferentes tempos. Isso somado ao fato de que a autobiografia permitiu adentrar num campo subjetivo e concreto, através das narrativas, das lideranças das mulheres sobre as relações de ensino aprendizagem na roça, sobre o trabalho exercido no campo, além de entender os sujeitos e os sentidos e situações do/no contexto campesino.

O produto científico está caracterizado, inicialmente, mediante rodas de conversa que gera um áudio visual, na modalidade curta-metragem cuja intenção é visibilizar por meio de um *QRCode*, impresso nos rótulos dos alimentos coletivamente fabricado por elas e educação política, engajada que rompem com muro da universidade e constrói disputa política no campo.

Nesse sentido, verifica-se a corporificação da Educação do Campo por meio das experiências pedagógicas de mulheres negras do Riacho da Cruz, de modo que ao ensinar e aprender elas articulam-se no processo educativo, engendra reflexões críticas, narrativas potentes, lideram uma organização social que pauta a agricultura familiar, combate as violências no campo que comprometem os seus corpos negros do/ no campo e asseguram-se o autossustento através da produção de beneficiamento agrícola.

A autobiografia contribuiu para imprimir os fios que tecem as trajetórias e opressões vivenciadas pelo campesinato negro, que assemelha e integra as experiências compartilhadas pelas mulheres do grupo produtivo no campo, de tal modo que reconhece as memórias do/a sujeito/o pesquisador/a que é capaz de narrar e refletir sobre sua própria experiência e assim contribuir para avanços teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa em educação.

Os relatos realizados contribuíram como elementos prioritários que imbricam as análises desta pesquisa, corroborando para a compreensão da relevância da dimensão política que contextualizava, e ainda contextualiza, as trajetórias narradas. Foram abordados, ainda, os aspectos formativos na roça que acionam os princípios

formativos de Educação do Campo e constituem uma ferramenta pedagógica através da autobiografia e da formação não formal que era realizada nos quintais produtivos.

Nesse sentido, a (auto) biografia nos permitiu perceber os vínculos entre os caminhos traçados pelo grupo produtivo de mulheres negras e a educação, resultando numa construção que se inicia fora dos muros da academia, por meio das práticas pedagógicas no campo, as quais estrategicamente elucidaram os meios de ressurgir e promover resistência da luta de classes, elementos fundantes da educação no campo. Ademias, o método autobiográfico proporcionou as mulheres negras do Riacho da Cruz, o exercício de (auto) reconhecimento e de sentirem pertencentes a sua identidade em sua totalidade: um movimento recapitulativo de síntese do eu.

A pesquisa tornou-se relevante para Educação do campo por identificar as estratégias educativas de resistências adotadas pelas mulheres negras camponesas, por se tratar de abordar a realidade experienciada por elas na comunidade; por (re) construir sua identidade de mulher, negra camponesa e construir legalidade a uma educação no/do campo entre o grupo de mulheres e comunidade, além de construir a valorização do trabalho e formação específica nesta perspectiva.

Em vista disso, as práticas pedagógicas efetuadas por mulheres negras na comunidade rural, abarcam, portanto, a proposta específica que dialoga a educação camponesa que manifesta o aprendizado de práticas educativas de liberdade, emancipação dos sujeitos em seu território, a raça, ao gênero, a classe e propõe novos métodos de produção que gera sustentabilidade econômica, plantando, colhendo, beneficiando alimentos, fazendo rebelião como classe trabalhadora, povos do campo. Tais princípios se somam e complementam a consistência desta proposta de educação como prática libertadora em oposição a opressão e violências que impacta, financeiramente, socialmente e culturalmente as mulheres negras no campo.

Compreendi mediante as leituras que os relatos de vida, biografias e autobiografias são termos que se entrelaçam nesse movimento de trazer o sujeito como ator/autor de suas experiências. Analisou-se que a autobiografia associada ao produzir sentidos às experiências de mulheres negras no campo atribuiu a si/elas o mundo no decorrer da Pesquisa. O ato de narrar, portanto, foi acompanhado da (re)flexividade, tornando possível que o indivíduo volte para si e se perceba como ator, autor e agente social em sua trajetória, especialmente, no devir, nas futuras tomadas de decisões.

Consideramos a pesquisa (auto)biográfica em Educação do Campo um ato intelectual e posicionamento político. Um método que ao ser debruçado e narrados por

meio das trajetórias de vida de mulheres negras, torna-se estratégias que rompe com as bases infrapolítica no campo e visibiliza às questões de produção de conhecimento capaz de dialogar com os princípios e desafios de rebelar-se no campo e causar rupturas as estrutura racistas

Nessa ótica, as análises desta pesquisa compreende que as lutas traçadas no campo fabricam as estratégias e assumem um diálogo como a educação do campo que prevê relevante e fundamental para a educação do campo – que pode e deve basear-se destes métodos educativos– uma vez que o grupo de mulheres negras do Riacho da Cruz entra em disputa com as bases estruturais, fortemente alimentadas pelo colonialismo e pelo patriarcado no campo.

Para isso, conversamos com mulheres e ouvimos suas narrativas (auto) biográficas, bem como dialogamos com a bibliografia afim. Nesse sentido, buscou-se ouvir as mulheres, compreender o seu lugar de fala, práticas adotadas, nomeio de produção e organização social e as múltiplas opressões acometidas contra elas no campo. Observa-se nesta produção que as territorialidades destas mulheres negras se manifestam e corroboram para a produção dos espaços educativos que dialogam com a educação do campo.

Elas enfrentam cotidianamente o racismo e o machismo, criando formas de educar umas às outras para resistirem em seu equipamento produtivo, fazendo dele não só o meio de autossuficiência, mas também o lugar de elaboração pedagógica. Também neste lugar, elas criam formas de ampliar a Associação com atividades internas, cursos, feiras de agricultura familiar, participação em oficinas, etc. As narrativas nos fazem ver sobre os regimes de opressão intercruzados, que atingem de forma específica as mulheres negras camponesas, e entender as diversas dimensões e escalas em que o racismo e sexismo se estruturam e se materializam.

Neste artigo, consideramos também que pensar a existência e a resistência da mulher negra em termos de territorialidade e interseccionalidade contribui para visibilizar e concretizar a luta feminista antirracista e anticapitalista em suas especificidades históricas, espaciais, culturais e ambientais, inserindo-se na construção coletiva e autônoma de um modo outro de existir, com base em práticas e experiências de mulheres. Tais experiências e estratégias de mulheres pretas da roça apresentam-se como uma tomada de consciência de si, pela crítica da realidade concreta, a qual possibilita o conhecimento sobre o modo de viver no campo e a perspectiva de sua transformação.

Isto se faz pela envergadura que a coletividade de mulheres produz ao narrar sobre si e buscar em suas trajetórias os caminhos para a superação. Caldart (2010) qualquer prática educativa se fundamenta numa concepção de ser humano, numa visão de mundo e no modo de pensar os processos de humanização e formação de humano, ou seja, incluir mulheres, sobretudo as negras, num projeto de educação é ouvir seu legado no campo e aprender com ele.

Portanto, compreendemos que as práticas de mulheres negras da Comunidade do Riacho da Cruz caracteriza uma produção de conhecimento para a Educação do Campo. Tais práticas resistem às opressões e violências vivenciadas por elas no campo, gerando a (re)apropriação, a ressignificação dos diversos espaços da roça.

Com isso, abarcamos os seguintes princípios:

- Compromisso coletivo a frente de um equipamento produtivo que contribui para construção da emancipação, autonomia e autossustento no campo.
- Participação e movimentos políticos do Coletivo Territorial no Vale Jiquiriçá, que fomenta as agendas e amplia as discussões das categorias de análise desenvolvidas na Educação do campo. Estes movimentos reforçam a criticidade de mulheres sobre o racismo na sociedade brasileira, atuando no empoderamento de mulheres negras plurais no campo.
- Produção e formulação pedagógica de práticas que aprendem e ensinam com/ao legado da educação do campo, tornando-as capazes recuperar o vínculo essencial entre a materialidade da existência e novos modos de educar (destaque da autora).

Portanto, compreende que as posições fabricadas pelas mulheres negras do grupo produtivo da Comunidade do Riacho da Cruz, vistas por essa análises como estratégicas, são inspirações e horizontes para outras mulheres, por promover a autonomia e auto sustento, a projeção pública de corpos negros femininos e com isso elas discutem a terra/função, debatem sobre a educação antiracista, soberania alimentar e igualdade social e de direito das mulheres, sobretudo o direito a vida e o existir no campo. As mulheres negras em movimento desenvolvem novos parâmetros pedagógicos para a construção de uma sociedade justa e livre do racismo no campo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro - Polén, 2019.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-damulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero#gs.eiBsRPM>. Acesso em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Deliberativo. **Resolução FNDE CD n. 032, de 10 de agosto de 2006**. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

BRUSCHINNI, C. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. *In*: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.289-319.

CHAVES, A. **Criador da obra intelectual**. São Paulo: LTr, 1995.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo - políticas públicas – educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2009. p. 67-97. (NEAD Especial, 10).

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 11-22, 1994.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-damulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero#gs.eiBsRPM>. DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania**

dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. (edição kindle)

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, 2001.

LIMA, A.; SILVA, E. G; IWATA, B. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 22, n. 1, 2019.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MEIRELES, Mariana Martins de. **Habitar o sertão**: ruralidades contemporâneas e fenômenos educativos em Canudos Velho. Tese (Doutorado) – PPGEDUC, UNEB, Salvador, 2018.

PASSEGGI, M; NASCIMENTO, G; OLIVEIRA, R. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, n 33, p.111-125, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REIS, M. L. A Universidade não é um espaço feito para gente, mas a gente está ocupando: mulheres camponesas na licenciatura em educação do campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Tese (Doutorado) – Programa de Pós - Graduação em Gênero, mulheres e feminismos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, C. S. **Negra Sou**: Mulheres Negras Campesinas, (re)conhecimento, lutas e

estratégias. Amargosa-BA: UFRB, 2019.

SOUZA, E. C.; MEIRELES, M. M. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar- narrar em educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 39, 2018, p. 33-34.

SHIVA, V. Biopirataria: **a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.